

ISSN 18078834

BNB

Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste

61

out/dez - 2019



Banco do
Nordeste

OBRA PUBLICADA PELO



PRESIDENTE

Romildo Carneiro Rolim

DIRETORES

Antônio Jorge Pontes Guimarães

Antônio Rosendo Neto Junior

Cláudio Luiz Freire Lima

Nicola Moreira Miccione

Perpetuo Socorro Cajazeiras

Sandra dos Santos Souza Lisboa

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE

Luiz Alberto Esteves

Economista Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Gerente de Ambiente

Airton Saboya Valente Junior

Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas

Macroeconômicos

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico

Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo

Airton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica

Airton Saboya Valente Junior

Produção Agropecuária

Wendell Márcio Araújo Carneiro

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior e Balança do Agronegócio

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas, Índices de Preços e Cesta Básica

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira e Turismo

José Max Araújo Bezerra

COLABORAÇÃO

Estagiário

João Marcos Rodrigues da Silva

Jovem Aprendiz

Rafael Henrique Silva Santos

Tabulação de Dados

Bruno Gabai

José Wandemberg Rodrigues Almeida

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

PARTICIPAÇÃO

Nicolino Trompieri Neto

Economista, Professore da Universidade de Fortaleza - Unifor

Pesquisador do Núcleo de Pesquisas Econômicas - NUPE.

Alysson Inácio de Oliveira

André Gregório Alves

Paulo Victor Prado Gonçalves

Lucas Moraes

Yohan Farias Capela Ferreira

Graduandos em Economia, Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas - NUPE.

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos

Econômicos do Nordeste - ETENE

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo

Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica - Edição 61

(Outubro - Dezembro 2019).

Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2019

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

1 Atividade Econômica	04
2 Produção Agropecuária	09
3 Balança do Agronegócio	12
3 Produção Industrial.....	14
4 Serviços.....	21
5 Comércio Varejista	23
6 Turismo	25
6 Mercado de Trabalho.....	29
7 Comércio Exterior.....	32
8 Finanças Públicas.....	40
9 Intermediação Financeira.....	49
10 Índices de Preços.....	52
11 Cesta Básica.....	55

1 Atividade Econômica

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 1,1% em 2019, após altas de 1,3% em 2018 e 1,3% em 2017, e de retrações de 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016. Em 2019, verificaram-se altas na Agropecuária (+1,3%), na Indústria (+0,5%) e Serviços (+1,3%), conforme especificado na Tabela 1. segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A variação em volume do Valor Adicionado da Agropecuária em 2019 (+1,3%) decorreu do desempenho positivo tanto da agricultura quanto da pecuária, com destaque para o milho (+23,6%), algodão (+39,8%), laranja (+5,6%) e feijão (+2,2%).

Quanto à Indústria (+0,5%), o destaque positivo foi o desempenho da atividade Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, que cresceu +1,9% em relação a 2018. Por outro lado, as Indústrias Extrativas sofreram queda de 1,1%.

A Construção incrementou +1,6% em 2019, sendo o primeiro resultado positivo após cinco anos consecutivos de queda. As Indústrias de Transformação, por sua vez, apresentaram estabilidade (0,1%). O resultado foi influenciado, principalmente, pelo crescimento, em volume, do Valor Adicionado da fabricação de produtos de metal, de produtos alimentícios, de bebidas e produtos derivados do petróleo.

As atividades que compõem os Serviços e apresentaram variação positiva foram: Informação e comunicação (+4,1%), Atividades imobiliárias (+2,3%), Comércio (+1,8%), Outras atividades de serviços (+1,3%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (+1,0%) e Transporte, armazenagem e correio (+0,2%). A atividade de Administração, defesa, saúde e educação pública e seguridade social (0,0%) manteve-se estagnada em 2019.

Entre os componentes da demanda interna, houve avanço do Consumo das Famílias (+1,8%) e da Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF (2,2%), segundo resultado positivo após uma sequência de quatro anos negativos. Por sua vez, o Consumo do Governo obteve variação negativa (-0,4%).

No que se refere ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços caíram 2,5%, enquanto as Importações de Bens e Serviços avançaram +1,1%.

Tabela 1 - Taxa de crescimento (%) do PIB, componentes da produção e componentes da demanda - Variação acumulada nos quatro últimos trimestres

Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores (%)		2018.IV	2019.I	2019.II	2019.III	2019.IV
PIB a preços de mercado		1,3	1,1	1,1	1,0	1,1
Ótica da produção	Valor adicionado bruto da agropecuária	1,4	2,5	2,7	2,0	1,3
	Valor adicionado bruto da indústria	0,5	0,1	-0,1	0,0	0,5
	Valor adicionado bruto dos serviços	1,5	1,2	1,2	1,1	1,3
Ótica da demanda	Despesa de consumo das famílias	2,1	1,6	1,6	1,7	1,8
	Despesa de consumo do governo	0,4	0,2	-0,1	-0,8	-0,4
	Formação bruta de capital fixo	3,9	3,6	4,3	3,0	2,2
	Exportação de bens e serviços	4,0	2,4	3,4	1,3	-2,5
	Importação de bens e serviços (-)	8,3	5,7	5,3	2,4	1,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O PIB totalizou R\$ 7,3 trilhões e o PIB per capita variou 0,3% em termos reais, alcançando R\$ 34.533 em 2019. A taxa de investimento foi de 15,4% do PIB em 2019, acima do observado em 2018 (15,2%). Já a taxa de poupança foi de 12,2% (ante 12,4% em 2018).

Em termos monetários, o PIB alcançou R\$ 7,2 trilhões em 2019 dividindo-se em R\$ 6,2 trilhões referentes ao Valor Adicionado Bruto (VAB) e R\$ 1,0 trilhão em Impostos de Produtos Líquidos de Subsídios.

Pelo lado da oferta, a Agropecuária totalizou R\$ 322,0 bilhões, a Indústria R\$ 1,3 trilhão e Serviços R\$ 4,6 trilhões. Entre os componentes da demanda, a Despesa de Consumo das Famílias somou R\$ 4,7 trilhões, a Despesa de Consumo do Governo alcançou R\$ 1,5 trilhão e a Formação Bruta de Capital Fixo atingiu R\$ 1,1 trilhão. As exportações somaram R\$ 1,0 trilhão e as importações totalizaram R\$ 1,1 trilhão.

A Renda Nacional Bruta atingiu R\$ 1.790,0 bilhões em 2019 ante 1.689,2 bilhões em 2018. Nessa mesma base de comparação, a Poupança Bruta somou R\$ 248,5 bilhões em contraste com R\$ 227,1 bilhões no mesmo período de 2018, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Especificamente em relação ao Nordeste, a estimativa de crescimento do PIB em 2019 é de +0,2%. O PIB Agropecuário obteve resultados mais favoráveis (+1,4%), enquanto que o PIB Industrial declinou -0,2% e o de Serviços (+0,2%) expandiu modestamente. Em consequência, o PIB do Nordeste alcançou R\$ 1,0 trilhão e o PIB per capita R\$ 18,3 mil, considerando uma população de aproximadamente 57 milhões de habitantes.

O desempenho econômico, em 2019, dos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste variou desde crescimento no Maranhão (+1,1%) a recuo no Piauí (-2,3%), conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 - Nordeste e Estados da área de atuação do BNB: Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto total e setorial em 2019 - Em %

Estado/Região	PIB	Agropecuário	Indústria	Serviços
Maranhão	1,1	2,5	0,6	1,0
Piauí	-2,3	2,2	0,9	-3,4
Ceará	0,3	1,2	0,9	0,1
Rio Grande do Norte	0,3	2,3	-1,0	0,5
Paraíba	-0,9	5,1	0,5	-1,5
Pernambuco	0,4	1,7	-0,6	0,6
Alagoas	0,0	2,5	0,0	-0,7
Sergipe	0,8	27,8	0,0	-0,5
Bahia	0,4	-2,6	-0,6	0,9
Minas Gerais	-0,1	-3,7	-0,9	0,5
Espírito Santo	-0,3	-1,2	-9,1	2,7
Nordeste	0,2	1,4	-0,2	0,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da LCA Consultoria. Notas: (1) Estimativas.

O Nordeste, com 8,4% da participação da produção de cereais no País, obteve incremento de 0,2% na safra de grãos em 2019. Verificou-se incremento da produção de mamona (+63,7%), algodão (+21,5%), milho (+15,9%) e feijão (+9,5%). Além disso, as produções de fumo (+84,5%), banana (+19,4%) e tomate (+9,1%) também expandiram, conforme especificado na Tabela 3.

Tabela 3 - Principais produtos da safra agrícola do Nordeste em 2018 e 2019 - Em toneladas

Produto	Safra 2018	Safra 2019	Var. (%)	Produto	Safra 2018	Safra 2019	Var. (%)
Cereais, leg. e oleaginosas	19.112.336	19.145.796	0,2	Batata	203.150	200.006	-1,5
Algodão herbáceo	1.367.640	1.661.068	21,5	Cacau	122.568	119.718	-2,3
Amendoim	11.543	12.903	11,8	Café	250.634	169.498	-32,4
Arroz	393.604	310.453	-21,1	Cana-de-açúcar	49.153.863	49.673.109	1,1
Feijão	560.118	613.402	9,5	Castanha de caju	139.342	133.071	-4,5
Mamona	17.686	28.949	63,7	Fumo	13.862	25.580	84,5
Milho	5.637.111	6.535.071	15,9	Laranja	1.368.693	1.326.182	-3,1
Soja	11.470.906	10.444.357	-8,9	Mandioca	5.073.361	4.663.196	-8,1
Sorgo	157.108	157.410	0,2	Tomate	473.321	516.478	9,1
Trigo	30.000	30.000	0,0	Uva	501.833	498.072	-0,7
Banana	2.161.655	2.581.207	19,4				

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

Por outro lado, o desempenho da indústria foi negativo no Nordeste, considerando que a produção industrial da Região caiu 3,1% em 2019, com queda expressiva na indústria extrativa (-7,1%) e recuo na indústria de transformação (-2,8%), vide Tabela 4.

Tabela 4 - Estados da área de atuação do BNB: Produção física industrial em 2019

Nordeste e Estados	Variação % Acumulada em 2019		
	Indústria Geral	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação
Nordeste	-3,1	-7,1	-2,8
Ceará	1,6	n.d.	1,6
Pernambuco	-2,2	n.d.	-2,2
Bahia	-2,9	-2,6	-3,0
Minas Gerais	-5,6	-25,3	0,9
Espírito Santo	-15,7	-21,1	-10,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Quanto à atividade comercial, três Estados do Nordeste apresentaram incremento de vendas no varejo restrito em 2019: Bahia (+2,1%), Pernambuco (+0,5%) e Maranhão (+0,4%). No ampliado, cabe mencionar: Ceará (+3,1%), Pernambuco (+2,3%), Bahia (+1,8%), Alagoas (+0,7%) e Rio Grande do Norte (+0,6%). Por sua vez, Piauí (-3,5%), Sergipe (-1,0%) e Paraíba (-0,7%) declinaram, enquanto o Maranhão permaneceu estável, conforme detalhado na Tabela 7.

Em relação às vendas dos serviços, destaque para o desempenho do Maranhão (+3,0%) e Sergipe (+1,7%). Rio Grande do Norte (+0,7%) e Pernambuco (+0,5%) cresceram moderadamente em 2019. Por sua vez, Alagoas (-5,5%), Piauí (-5,4%), Bahia (-2,2%) e Paraíba (-0,6%) declinaram (Tabela 5).

Tabela 5 - Estados da área de atuação do BNB: Vendas do comércio varejista e serviços em 2019

Estados Selecionados/País	Variação % Acumulada em 2019		
	Varejo		Serviços
	Restrito ⁽¹⁾	Ampliado ⁽²⁾	
Maranhão	0,4	0,0	3,0
Piauí	-6,0	-3,5	-5,4
Ceará	-1,5	3,1	0,3
Rio Grande do Norte	0,0	0,6	0,7
Paraíba	-1,0	-0,7	-0,6
Pernambuco	0,5	2,3	0,5
Alagoas	-2,4	0,7	-5,5
Sergipe	-1,9	-1,0	1,7
Bahia	2,1	1,8	-2,2
Minas Gerais	0,8	2,5	0,1
Espírito Santo	5,0	5,2	1,0
Brasil	1,8	3,9	1,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) O varejo restrito inclui a comercialização de oito grupos, a saber: Combustíveis e lubrificantes; Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; Tecidos, vestuário e calçados; Móveis e eletrodomésticos; Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; Livros, jornais, revistas e papelaria; Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; e Outros artigos de uso pessoal e doméstico. (2) O varejo ampliado inclui o varejo restrito somado com as vendas de veículos e de material de construção.

Quanto ao mercado de trabalho, o Nordeste registrou o terceiro maior crescimento do nível de emprego dentre as Regiões do País, em 2019, considerando a geração de 58.717 postos de trabalho. O Sudeste liderou (saldo de 282.684 vagas), seguido pelo Sul (134.958). Em quarto lugar tem-se o Centro-Oeste (58.569) e em quinto o Norte (24.698). No País, o saldo totalizou 559.626 vagas em 2019.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste apresentaram saldo positivo na movimentação dos trabalhadores com carteira assinada em 2019: Bahia (+30.858), Maranhão (+10.707), Ceará (+10.319), Pernambuco (+9.696), Paraíba (+6.154), Rio Grande do Norte (+3.741), Sergipe (+2.374), Piauí (+1.981) e Alagoas (+731), vide Tabela 6.

Tabela 6 - Brasil, Regiões e Estados da área de atuação do BNB: Movimentação do emprego formal em 2019

Estado/Região	2019			Var. (%)
	Admitidos	Desligados	Saldo	
Norte	695.025	662.449	32.576	1,82
Nordeste	2.179.771	2.103.210	76.561	1,21
Maranhão	162.242	151.535	10.707	2,30
Piauí	97.264	95.283	1.981	0,68
Ceará	385.096	374.777	10.319	0,90
Rio Grande do Norte	149.222	145.481	3.741	0,88
Paraíba	133.705	127.551	6.154	1,52
Pernambuco	410.649	400.953	9.696	0,78
Alagoas	121.015	120.284	731	0,21
Sergipe	88.163	85.789	2.374	0,83
Bahia	632.415	601.557	30.858	1,82
Sudeste	8.340.087	8.021.868	318.219	1,59
Minas Gerais	1.860.005	1.762.285	97.720	2,45
Espírito Santo	353.003	333.466	19.537	2,73
Sul	3.400.019	3.256.746	143.273	2,01
Centro-Oeste	1.582.192	1.508.742	73.450	2,30
Brasil	16.197.094	15.553.015	644.079	1,68

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia.

2 Produção Agropecuária

A safra nacional de grãos deverá totalizar 240,9 milhões de toneladas em 2019. Desse modo, a produção de grãos ultrapassará em 6,4% a obtida em 2018, que totalizou 226,4 milhões de toneladas, representando assim, incremento de 14,4 milhões de toneladas (Tabela 1). Quanto à área a ser colhida de grãos, estima-se em 78,0 milhões de hectares, aumento de 1,9 milhão de hectares, ou seja, 2,4% maior em relação ao total obtido em 2018. Cabe destacar que a área colhida de grãos, nessa estimativa, representa 81,0% da área colhida total.

Tabela 1 - Safra de grãos no Brasil, Nordeste e Estados selecionados em 2018 e 2019 - Em toneladas

Região / Estado/País	Safra 2018	Part. (%) ⁽¹⁾	Safra 2019	Part. (%) ⁽¹⁾	Var. (%)
Nordeste	19.112.336	8,4	19.145.796	8,5	0,2
Maranhão	4.431.778	23,2	4.927.039	25,8	11,2
Piauí	4.232.124	22,1	4.416.577	23,1	4,4
Ceará	632.702	3,3	569.151	3,0	-10,0
Rio Grande do Norte	50.504	0,3	56.311	0,3	11,5
Paraíba	89.975	0,5	63.091	0,3	-29,9
Pernambuco	111.230	0,6	88.585	0,5	-20,4
Alagoas	53.154	0,3	95.917	0,5	80,5
Sergipe	187.750	1,0	695.197	3,6	270,3
Bahia	9.323.119	48,8	8.233.928	43,1	-11,7
Centro-Oeste	101.014.565	44,6	111.294.495	49,1	10,2
Sul	74.511.490	32,9	77.270.042	34,1	3,7
Sudeste	22.877.050	10,1	23.402.956	10,3	2,3
Norte	8.937.740	3,9	9.767.055	4,3	9,3
Brasil	226.453.182	100,0	240.880.345	100,0	6,4

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota (1): Participação das regiões em relação ao País e participação dos Estados do Nordeste em relação a esta Região.

A previsão é que haja aumento na produção nacional em nove das quatorze culturas que são contabilizadas pelo IBGE como grãos, leguminosas e oleaginosas (Tabela 2). Das maiores lavouras nacionais de grãos, o algodão (+39,8%) e o milho (+23,2%) deverão crescer, porém estima-se que ocorra declínio na produção de arroz (-12,0%) e soja (-4,0%). Em conjunto, a participação destes quatro produtos representam 95,7% da produção e 89,6% da área colhida de grãos.

O IBGE, que fornece os dados da produção agrícola, considera outras atividades além dos grãos. Parte desses produtos deverá obter incremento para a safra nacional, a exemplo da laranja (+6,3%), banana (+5,9%) e mandioca (+3,6%). Contudo, as produções de café (-16,5%), uva (-9,9%), castanha-de-caju (-5,2%), fumo (-4,2%) declinarão, conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 - Principais produtos da safra agrícola no Brasil e Nordeste em 2018 e 2019 - Em toneladas

Produto	Brasil		Var. (%)	Nordeste		Var. (%)
	Safra 2018	Safra 2019		Safra 2018	Safra 2019	
Cereais e oleaginosas (1)	226.453.182	240.880.345	6,4	19.112.336	19.145.796	0,2
Algodão herbáceo	4.930.518	6.891.293	39,8	1.367.640	1.661.068	21,5
Amendoim	557.878	560.563	0,5	11.543	12.903	11,8
Arroz	11.736.353	10.326.080	-12,0	393.604	310.453	-21,1
Aveia	890.235	928.534	4,3	-	-	-
Centeio	8.184	9.907	21,1	-	-	-
Cevada	325.081	405.557	24,8	-	-	-
Feijão	2.973.932	3.038.279	2,2	560.118	613.402	9,5
Girassol	137.969	131.048	-5,0	-	-	-
Mamona	19.314	29.740	54,0	17.686	28.949	63,7
Milho	81.364.535	100.207.751	23,2	5.637.111	6.535.071	15,9
Soja	117.833.492	113.168.021	-4,0	11.470.906	10.444.357	-8,9
Sorgo	2.251.862	2.582.309	14,7	157.108	157.410	0,2
Trigo	5.305.067	5.258.273	-0,9	30.000	30.000	0,0
Triticale	41.664	30.594	-26,6	-	-	-
Banana	6.710.436	7.106.928	5,9	2.161.655	2.581.207	19,4
Batata	3.847.037	3.841.298	-0,1	203.150	200.006	-1,5
Cacau	255.184	247.730	-2,9	122.568	119.718	-2,3
Café	3.593.165	3.000.859	-16,5	250.634	169.498	-32,4
Cana-de-açúcar	674.178.718	666.526.476	-1,1	49.153.863	49.673.109	1,1
Castanha-de-caju	141.388	133.976	-5,2	139.342	133.071	-4,5
Fumo	794.476	761.114	-4,2	13.862	25.580	84,5
Laranja	16.677.091	17.720.305	6,3	1.368.693	1.326.182	-3,1
Mandioca	19.392.827	20.085.612	3,6	5.073.361	4.663.196	-8,1
Tomate	4.084.910	4.074.662	-0,3	473.321	516.478	9,1
Uva	1.592.242	1.435.126	-9,9	501.833	498.072	-0,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

Em termos regionais, o Centro-Oeste, que é a principal Região produtora de grãos no País, detentora de 44,6% da participação nacional, deverá ampliá-la ainda mais, pois terá maior crescimento de produção entre as regiões, de 10,2%, podendo chegar a 49,1% de participação na safra nacional de grãos. Embora a Região Norte represente apenas 3,9% da safra nacional, deverá apresentar segundo melhor desempenho, de 9,3% em relação ao ano anterior. Concomitantemente, o Sul, que concentra 32,9% da produção nacional, deverá registrar o terceiro maior crescimento (+3,7%). Na mesma base de análise, a produção de grãos no Sudeste, que representa 10,1% da produção nacional, deverá ampliar em 2,3%.

O Nordeste, com 8,4% da participação da produção de grãos no País, deverá obter incremento de 0,2%. Cabe mencionar que no Nordeste deverá ocorrer expansão da produção de mamona (+63,7%), algodão (+21,5%), milho (+15,9%) e feijão (+9,5%). Além disso, as produções de fumo (+84,5%), banana (+19,4%) e tomate (+9,1%) deverão crescer. Em relação à participação do Nordeste na produção nacional de algumas culturas, destacam-se castanha-de-caju (98,6%), mamona (91,6%), cacau (48,0%), banana (32,2%), uva (31,5%), algodão (27,7%), mandioca (26,2%) e tomate (11,6%).

As chuvas favoreceram o plantio de grãos em cinco das nove Unidades da Federação do Nordeste. Em Sergipe (+270,3%), Alagoas (+80,5%), Rio Grande do Norte (+11,5%), Maranhão (+11,2%), Piauí (4,4%), estima-se que tenha aumento da produção de grãos, quando comparado com a safra de 2018.

Bahia, principal produtor de grãos no Nordeste, cuja participação na produção da Região corresponde a 48,8%, deverá apresentar declínio de 11,7% na produção de grãos, a exemplo da soja (-15,8%), cuja participação da produção desse plantio corresponde a 54,4% do total do Nordeste; e milho (-18,4%), que detém 35,7% da produção regional. Por outro lado, o cultivo de feijão (+68,8%) deverá crescer em comparação à produção de 2018, assim como a cultura do algodão (+19,7%), que responde por 91,3% em relação ao total produzido na Região, deverá permanecer em alta. Outro Estado que apresentará declínio é Pernambuco (20,4%).

Maranhão, segunda maior participação na Região (23,2%), será favorecido pelo incremento da produção de milho (+36,9%), algodão (+13,3%), e soja (+3,4%). Cabe destacar a participação de alguns produtos desse Estado em relação ao total do Nordeste: arroz (52,6%), soja (24,0%) e milho (23,5%). Piauí, terceiro maior produtor do Nordeste, detém 22,1% da produção de grãos regional. A produção de algodão deverá aumentar (+130,5%), além de milho (+20,7%) e banana (+25,1%). O Piauí tem maior representatividade na cultura do arroz (27,8%), milho (27,0%) e soja (21,5%), em relação à produção do Nordeste.

Ceará deverá aumentar a produção de algodão (+159,0%), mamona (+96,5%) e banana (+20,3%). Cabe destacar que a produção de grãos em Sergipe, que sofreu com a estiagem em 2018, deverá crescer 270,3% em 2019. Destaque para a expansão da colheita de milho (+307,4%), arroz (+52,4%) e feijão (+34,5%).

Pernambuco (0,5%), Alagoas (0,5%), Paraíba (0,3%) e Rio Grande do Norte (0,3%) representam, em conjunto, 1,6% da produção de grãos do Nordeste. Tais Estados têm pouca representação na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas. Em contrapartida, a colheita de importantes culturas deverá obter incremento, a exemplo da produção de algodão (+100,5%) na Paraíba; banana (+25,5%) e cana-de-açúcar (+2,9%) em Pernambuco; milho (+206,1%) e fumo (+225,6%) em Alagoas; tomate (+46,4%) e milho (+27,6%) no Rio Grande do Norte.

3 Balança do Agronegócio

O saldo da balança comercial do agronegócio brasileiro apresentou superavit de US\$ 81.396,1 milhões em 2019, resultado de exportações no valor de US\$ 95.189,0 milhões (queda de 3,9% relativamente a 2018) e de importações de US\$ 13.792,9 milhões, (queda de 1,9% ante 2018), segundo levantamento da FUNCEX (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), a partir dos dados da Secretaria do Comércio Exterior do Ministério da Economia.

O segmento Complexo de soja (grãos, farelo e óleo de soja) participou com 32,8% das exportações do agronegócio brasileiro, seguido de Papel e papelão (10,0%) e Cereais, farinhas e preparações à base de cereais (8,2%). Juntos, contribuíram com 51,0% do total exportado pelo agronegócio do País, em 2019. Comparativamente a 2018, registraram decréscimo nas vendas externas, os segmentos Complexo de soja (-20,9%) e Papel e Papelão (-7,5%).

A peste suína africana que atingiu os rebanhos, principalmente, da China, maior importador do País, reduziu a demanda de soja. Por outro lado, o incremento de 80,1% nas vendas de Cereais, farinhas e preparações foi impulsionado pela safra recorde de milho.

As principais aquisições brasileiras foram nos segmentos de Cereais, farinhas e preparações à base de cereais (22,0%), Peixes, crustáceos e moluscos (inclusive preparações e conservas) (9,2%) e Papel e celulose (7,5%) que somaram 38,7% do total. Enquanto as importações de Cereais, farinhas e preparações à base de cereais cresceram 8,7%, ante 2018, as de Peixes, crustáceos e moluscos e Papel e celulose decresceram 4,9% e 2,5%, respectivamente.

A balança comercial do agronegócio do Nordeste apresentou saldo positivo de US\$ 5.406,7 milhões, em 2019, 9,8% menor que o saldo de 2018. As exportações do setor atingiram US\$ 7.668,4 milhões (46,3% do total das vendas regionais), registrando declínio de 10,1% relativamente a 2018. As importações, US\$ 2.261,7 milhões, (11,2% do total das aquisições externas da Região) retrocederam 10,8%, nesse período. Apenas Pernambuco (-US\$ 344,9 milhões) e Paraíba (-US\$ 84,0 milhões) apresentaram saldo negativo na balança do agronegócio estadual, conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Exportação, importação e saldo do agronegócio em 2019 - Em US\$ milhões

Brasil, Nordeste e Estados	Exportação		Importação		Saldo
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Maranhão	1.682,6	21,9	310,1	13,7	1.372,5
Piauí	539,1	7,0	15,5	0,7	523,6
Ceará	559,8	7,3	343,0	15,2	216,8
Rio G. do Norte	269,9	3,5	74,0	3,3	195,9
Paraíba	42,2	0,6	126,2	5,6	- 84,0
Pernambuco	297,4	3,9	642,2	28,4	- 344,9
Alagoas	294,9	3,8	143,3	6,3	151,6
Sergipe	38,2	0,5	28,3	1,2	9,9
Bahia	3.944,3	51,4	579,0	25,6	3.365,3
Nordeste	7.668,4	100,0	2.261,7	100,0	5.406,7
Brasil	95.189,0		13.792,9		81.396,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (dados coletados em 02/03/20).

As vendas dos produtos do agronegócio do Nordeste contribuíram com 8,1% das exportações do agronegócio do País e as importações com 16,4%, em 2019. Os estados da Bahia (51,4%) e do Maranhão (21,9%) concentraram 73,4% das vendas do agronegócio regional. Pelo lado das importações, Maranhão (13,7%), Ceará (15,2%), Pernambuco (28,4%) e Bahia (25,6%) responderam por 82,9% das aquisições regionais.

Os três principais segmentos da pauta exportadora do agronegócio do Nordeste concentraram 70,2% das vendas, em 2019, vide Quadro 1. Os produtos do Complexo soja lideraram as exportações do setor com 35,8% de participação. Comparativamente a 2018, a receita decresceu 24,0%, por motivo já mencionado. A Bahia foi responsável por 53,7% das vendas externas do complexo, seguida do Maranhão (29,8%) e Piauí (16,2%).

As exportações de Papel e celulose, com 24,0% de contribuição no total do setor, retrocederam 20,4% no valor exportado, no período em análise, reflexo da retração da economia chinesa e da queda dos preços. Bahia (63,6% das vendas do segmento) e Maranhão (36,3%) dominam as exportações da Região.

Já as vendas externas de Fibras e produtos têxteis representaram 10,4% do total do setor, registrando expressivo crescimento de 50,6%, em 2019 ante 2018. A Bahia foi responsável por 82,4% das exportações do segmento, beneficiada pelo aumento da safra do algodão.

Por outro lado, as importações mais significativas foram em Cereais, farinhas e preparações à base de cereais (41,3% das aquisições), Açúcar e álcool (17,9%) e Cacau e seus produtos (inclusive chocolate) (6,9%). Entretanto, apresentaram redução dos valores importados: Cereais, farinhas e preparações à base de cereais (-0,1%), Açúcar e álcool (-26,3%) e Cacau e seus produtos (inclusive chocolate) (-14,1%), em 2019 ante 2018.

Quadro 1 - Principais setores exportadores e importadores do agronegócio do Nordeste em 2019

Estado/NE	Principais Setores Exportados	Principais Setores Importados
Maranhão	Complexo soja (48,6%), Papel e celulose (39,8), Cereais, farinhas e preparações (6,1%)	Açúcar e álcool (85,7%), Cereais, farinhas e preparações à base de cereais (13,5%)
Piauí	Complexo soja (82,2%), Demais produtos de origem vegetal (7,5%), Bebidas alcólicas e não alcólicas (exclusive sucos de fruta) (4,7%)	Cereais, farinhas e preparações à base de cereais (73,7%), Couros, produtos de couro e peleteria (inclusive calçados) (17,0%), Frutas, nozes e castanhas (inclusive preparações e conservas) (5,5%)
Ceará	Frutas, nozes e castanhas (inclusive preparações e conservas) (29,8%), Couros, produtos de couro e peleteria (inclusive calçados) (18,7%), Peixes, crustáceos e moluscos (inclusive preparações e conservas) (16,4%)	Cereais, farinhas e preparações à base de cereais (64,5%), Sementes, farelas e óleos de oleaginosos (exclui soja) (7,7%), Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (5,0%)
Rio G. do Norte	Frutas, nozes e castanhas (inclusive preparações e conservas) (73,3%), Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (10,3%), Peixes, crustáceos e moluscos (inclusive preparações e conservas) (7,6%)	Cereais, farinhas e preparações à base de cereais (77,2%), Papel e celulose (5,4%), Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (3,1%)
Paraíba	Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (34,6%), Sucos de fruta (15,3%), Açúcar e álcool (13,0%)	Cereais, farinhas e preparações à base de cereais (74,6%), Peixes, crustáceos e moluscos (inclusive preparações e conservas) (3,6%), Bebidas alcólicas e não alcólicas (exclusive sucos de fruta) (3,5%)
Pernambuco	Frutas, nozes e castanhas (inclusive preparações e conservas) (55,2%), Açúcar e álcool (30,2%), Sucos de fruta (6,4%)	Cereais, farinhas e preparações à base de cereais (38,0%), Açúcar e álcool (18,1%), Peixes, crustáceos e moluscos (inclusive preparações e conservas) (6,9%)
Alagoas	Açúcar e álcool (95,3%), Fumo e seus produtos (1,4%), Demais produtos de origem vegetal (1,2%)	Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos (33,6%), Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (15,9%), Cereais, farinhas e preparações à base de cereais (13,8%)
Sergipe	Sucos de fruta (66,3%), Açúcar e álcool (15,0%), Produtos alimentícios diversos (5,6%)	Cereais, farinhas e preparações à base de cereais (73,8%), Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos (8,5%), Sementes, farelos e óleos de oleaginosos (exclui soja) (4,9%)
Bahia	Complexo soja (37,3%), Papel e celulose (29,7%), Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (16,7%)	Cereais, farinhas e preparações à base de cereais (38,5%), Cacau e seus produtos inclusive chocolate (25,8%), Sementes, farelos e óleos de oleaginosos (exclui soja) (12,9%)
Nordeste	Complexo soja (35,8%), Papel e celulose (24,0%), Fibras e produtos têxteis (inclusive vestuário) (10,4%)	Cereais, farinhas e preparações (41,3%), Açúcar e álcool (17,9%), Cacau e seus produtos inclusive chocolate (6,9%)

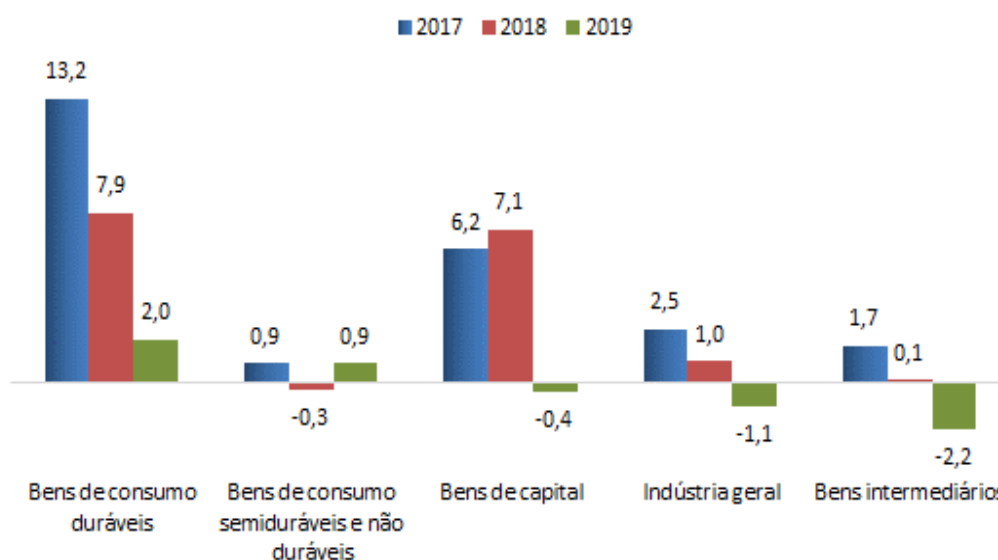
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (dados coletados em 02/03/20).

4 Produção Industrial

A produção industrial recuou (-0,7%) em dezembro de 2019, frente ao mês anterior, segunda taxa negativa consecutiva, acumulando redução de 2,4% no bimestre. Em relação a dezembro do ano passado, a atividade da indústria também caiu (-1,2%), mas amenizou a queda de novembro de 2019 (-1,8%), frente ao mesmo mês de 2018. Assim, o resultado para o quarto trimestre do ano (outubro a dezembro) foi de recuo (-0,6%), como no acumulado do segundo semestre (-0,9%), comparando com iguais períodos do ano anterior. No patamar de produção apresentado em dezembro de 2019, a indústria se encontra 18,0% abaixo do nível recorde, de maio de 2011. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No fechamento do ano 2019, observou-se redução (-1,1%), interrompendo dois anos consecutivos de crescimento (Gráfico 1): 2018 (+1,0%) e 2017 (+2,5%). Esta repercutiu taxas negativas em duas das quatro grandes categorias econômicas, em 16 dos 26 ramos, 40 dos 79 grupos e 54,2% dos 805 produtos pesquisados.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial, por grandes categorias econômicas (%) – Brasil – Variação percentual acumulada de 2017, 2018 e 2019 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2020).

Entre as grandes categorias econômicas (Gráfico 1), a redução ocorreu nos bens intermediários (-2,2%) e nos de bens de capital (-0,4%). No primeiro caso, pressionados em grande parte, pela diminuição na produção das indústrias extrativas (-9,7%), diante do rompimento da barragem de rejeitos de mineração na região de Brumadinho (MG), ocorrido em janeiro de 2019, e, no segundo caso, decorrente, principalmente, da redução na produção de equipamentos de transporte industrial (-1,9%). Os segmentos de bens de consumo duráveis (+2,0%) e de bens de consumo semi e não duráveis (+0,9%), mostraram crescimento, impulsionados, respectivamente, pela fabricação de eletrodomésticos da “linha branca” (+10,7%) e por alimentos e bebidas elaborados, destinados ao consumo doméstico (+2,6%). Cabe destacar, contudo, que conforme se observa no Gráfico 1, em quase todas as categorias (exceto bens de consumo semi e não duráveis) houve significativa perda de desempenho, em 2019, frente a 2017 e 2018.

Em relação às atividades industriais, a produção extrativa (-9,7%) exerceu a maior influência negativa na composição da média da indústria, pressionada, em grande parte, pelo item minério de ferro. Também perdendo ritmo, a indústria de transformação passou de um

resultado positivo de 1,1%, em 2018, para 0,2%, em 2019, com 10 de suas 25 atividades registrando elevação. Destacaram-se positivamente (Gráfico 2): produtos de metal (+5,1%); bebidas (+4,0%), produtos diversos (+3,4%), veículos automotores, reboques e carrocerias (+2,1%), coque e derivados do petróleo (+1,7%) e alimentos (+1,6%). Dentre as principais influências negativas, estão: manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-9,1%); outros equipamentos de transporte (-9,0%); produtos de madeira (-5,5%); celulose e papel (-3,9%); farmoquímicos e farmacêuticos (-3,7%), e sabões, detergentes e cosméticos (-3,7%).

Gráfico 2 - Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Brasil - 2019 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2020).

A pesquisa Sondagem Industrial, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), considera como usual o recuo na produção de dezembro, frente a novembro de 2019, refletindo o término das encomendas de fim de ano que, além do Natal, tem considerado, também, a Black Friday, que ocorre em novembro. Por conseguinte, se observou redução no número de postos de trabalho no setor, enquanto a UCI (Utilização da Capacidade Instalada) perdeu 3 pontos percentuais (p.p.), na passagem de novembro para dezembro (67%). Ressalte-se que este percentual se encontra 3 p.p. abaixo da média do mês, para os anos de 2011 a 2014 (70%).

Para os resultados referentes ao quarto trimestre do ano, a pesquisa verificou que houve melhora nos índices de satisfação com a margem de lucro operacional e com a situação financeira das empresas, embora ainda demonstrem insatisfação. Já o acesso ao crédito se mostra cada vez menos difícil, seu índice apresentou a sexta elevação consecutiva, mas ainda se encontra no nível que reporta dificuldade de acesso a recursos financeiros. Dentre os principais problemas enfrentados pela indústria, destacaram-se: elevada carga tributária, demanda interna insuficiente, competição desleal e falta ou alto custo de matéria prima.

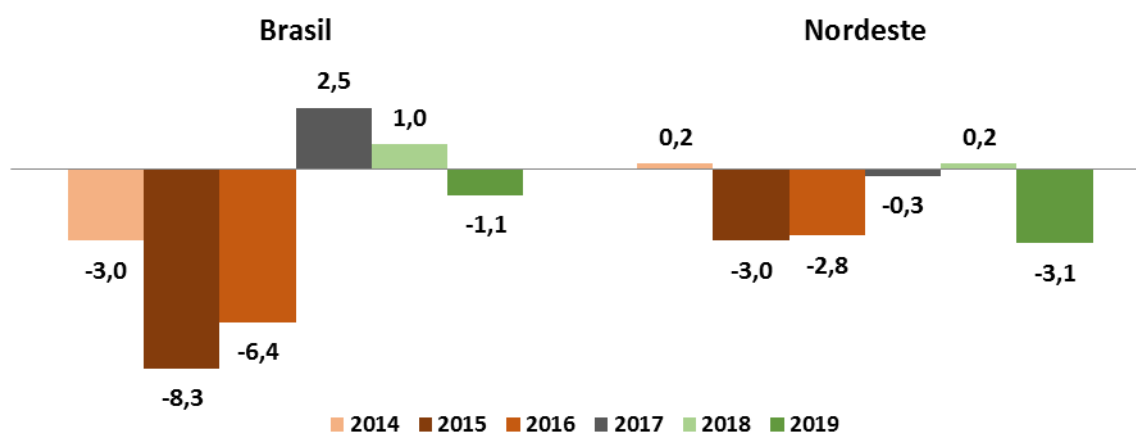
Quanto às expectativas, comparando o resultado de dezembro de 2019 com o de janeiro de 2020, se observa maior otimismo dos empresários nos quatro índices pesquisados (demanda, compras de matérias-primas, número de empregados e quantidade exportada), indicando boas perspectivas para os próximos seis meses. O índice de intenção de investimento também aumentou, e atingiu o maior valor desde fevereiro de 2014. Para 2020, o Boletim Focus do Banco Central manteve sua projeção de crescimento da produção industrial, entre o primeiro e o segundo Relatório do mês de fevereiro de 2020 (2,33%).

O nível de atividade industrial, no Nordeste, diferente do que ocorreu com a média nacional, apresentou taxas positivas em importantes bases de comparação, referentes ao mês de dezembro de 2019. Frente ao mês imediatamente anterior, foi de +0,3% no Nordeste e -0,7% no País. Em relação a dezembro de 2018: +3,8% (Nordeste) e -1,2% (Brasil). No que se refere ao quarto trimestre de 2019: +0,2% (Nordeste) e -0,6% (Brasil); no acumulado de 12 meses: -3,1% (Nordeste) e -1,1% (Brasil). Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A evolução da indústria relativa aos anos de 2014 a 2019, pode ser observada no Gráfico 3. Este mostra que, no ano de 2014, teve início o processo de desaceleração industrial, tanto em nível nacional (-3,0%), quanto no regional (+0,2%). Os anos seguintes, de 2015 e 2016, foram caracterizados pelo agravamento da crise, também para ambos. Note-se, contudo, que a intensidade da queda foi maior para a média brasileira do que para a nordestina que chegaram, respectivamente, a -8,3% e -3,0%, em 2015. Brasil e Nordeste ensaiaram reação no nível de atividade industrial, em 2017 e 2018, neste caso com melhor desempenho da indústria nacional, frente à regional, diante da base de comparação mais reduzida. Mas ambos retornaram a taxas negativas em 2019, desta vez com queda maior no Nordeste (-3,1%), ante -1,1%, no Brasil.

Assim, em 5 anos, desde 2015 (Gráfico 3), a taxa de crescimento da produção industrial da Região se mostrou positiva apenas uma vez, em 2018 (+0,2%), voltando a cair em 2019 (-3,1%), pior resultado do período.

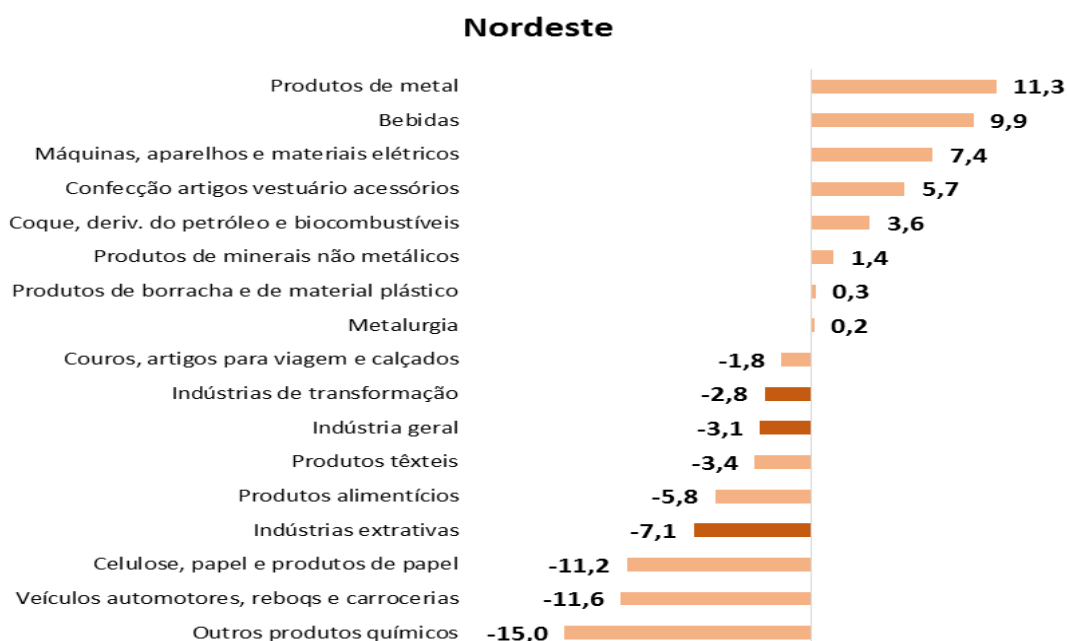
Gráfico 3 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) - Brasil e Nordeste- 2014 a 2019 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2020).

Assim como ocorreu no País (-9,7%), a indústria extrativa do Nordeste (-7,1%) foi responsável por puxar ainda mais para baixo a média geral da indústria regional. Quanto à indústria de transformação, observou-se relativa estabilidade no País (+0,2%), mas retração na Região (-2,8%). Dentre suas 14 atividades pesquisadas, 8 assinalaram crescimento (Gráfico 4), em especial: produtos de metal (+11,3%); bebidas (+9,9%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (+7,4%); confecção, vestuário e acessórios (+5,7%), e coque e derivados do petróleo (+3,6%). Negativamente, tiveram maior variação: outros produtos químicos (-15,0%); veículos, reboques e carrocerias (-11,6%); celulose e papel (-11,2%); alimentos (-5,8%), e têxteis (-3,4%).

Gráfico 4 - Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) Nordeste - 2019 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE (2020).

Complementando a análise do quadro industrial, a pesquisa “Sondagem Industrial”, publicada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), busca identificar o desempenho recente e as expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Seus índices comumente variam de 0 a 100 pontos, considerando os 50 pontos como uma linha divisória entre resultados positivos e negativos, em relação ao mês anterior.

Dentre os resultados encontrados para o Nordeste, a Sondagem identificou que, na passagem de novembro para dezembro, o índice do número de empregados ficou próximo dos 50 pontos, representando relativa estabilidade (49,5). A UCI (Utilização da Capacidade Instalada) da indústria regional perdeu 4 pontos percentuais (p.p.), passando de 72% para 68%. Neste patamar, a UCI ficou 2p.p. abaixo da média histórica para o mês (70%), na série iniciada em 2011, e 6p.p. inferior à média do mês para o período 2011 a 2013 (74%), quando a indústria apresentou maior crescimento. Ressalte-se contudo, que a redução da UCI em dezembro é usual e, em 2019 (68%), foi, pelo menos, superior à do mesmo mês de 2017 (67%) e 2018 (66%).

Para os resultados referentes ao quarto trimestre do ano, a pesquisa verificou que houve melhora nos índices regionais de satisfação com a margem de lucro operacional e com a situação financeira das empresas. O primeiro, contudo, ainda se encontra em nível de insatisfação (45,5 pontos), o segundo alcançou os 50,4 pontos rompendo a linha divisória do índice. Já o acesso ao crédito se mostra cada vez menos difícil, seu índice apresentou a terceira elevação consecutiva, mas ainda revela dificuldade de acesso (43,4).

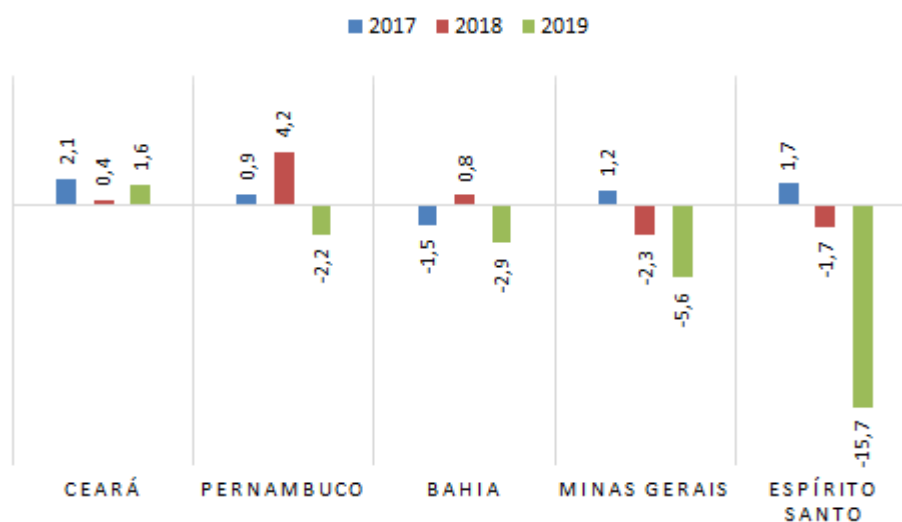
O índice de intenção de investimento, captado em janeiro, melhorou (de 60,7 para 63,1 pontos), assim como os demais índices nordestinos de expectativa, com exceção da expectativa de quantidade exportada (de 53,3 para 52,7): demanda (de 56,9 para 59,6); compra de matérias-primas (de 54,4 para 55,2), e número de empregados (de 50,0 para 51,3). Note-se que todos os índices de expectativa da Região se apresentam acima dos 50 pontos, significando que os empresários estão otimistas para os próximos 6 meses.

O nível de atividade industrial ficou negativo em sete dos quinze locais pesquisados, no Brasil (-1,1%), em 2019. As reduções mais significativas ocorreram no Espírito Santo (-15,7%), Minas Gerais (-5,6%) e Região Nordeste (-3,1%). A Bahia aparece na quarta posição (-2,9%) e Pernambuco na sexta (-2,2%). Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dentre os três Estados nordestinos divulgados pela pesquisa, apenas o Ceará apresentou resultado positivo no fechamento de 2019 (+1,6%). De qualquer forma, os três Estados da Região tiveram melhor desempenho que a média regional (-3,1%).

A evolução da indústria nos Estados correspondentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB) pode ser observada no Gráfico 5, relativo aos anos de 2017 a 2019. Com exceção da Bahia, todos os Estados registraram resultados positivos em 2017, após o biênio de recessão nacional (2015 e 2016). Já em 2018, apenas os Estados do Nordeste, dentre os apresentados no Gráfico 5, lograram crescimento: Ceará (+0,4%), Pernambuco (+4,2%) e Bahia (+0,8%). Contudo, em 2019, seguindo o recuo nacional (-1,1%), a indústria de quase todos os Estados em questão registraram queda. A única exceção foi Ceará (+1,6%), que apresentou crescimento nesses três últimos anos, em grande parte devido a produção do parque siderúrgico, que vem impulsionando a economia e as exportações locais.

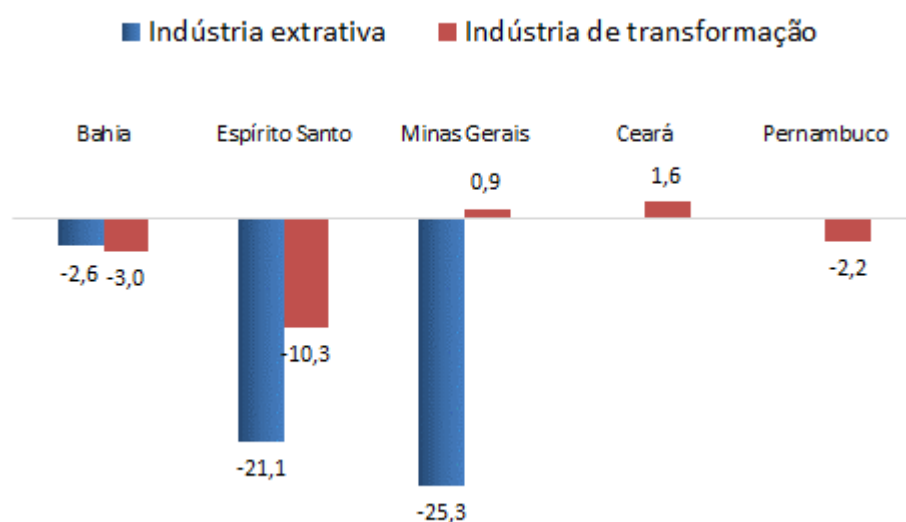
Gráfico 5 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) – Estados da área de atuação do BNB – 2017 a 2019 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE (2020).

O avanço no Ceará (+1,6%) reflete apenas o desempenho da indústria de transformação (+1,6%), conforme aponta o Gráfico 6. Dentre as 11 atividades pesquisadas, 7 cresceram no ano de 2019, com especial destaque para produtos de metal (+104,8%). Em seguida, aparecem outros produtos químicos (+7,9%); bebidas (+5,9%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (+5,6%); produtos de minerais não-metálicos (+5,3%); confecções, vestuários e acessórios (+2,2%), e couro, artigos para viagem e calçados (+0,2%). Recuaram, coque e derivados do petróleo (-9,7%); têxteis (-8,6%); alimentos (-5,8%), e metalurgia (-4,1%).

Gráfico 6 - Taxa de crescimento da produção industrial – Indústrias extrativa e de transformação (%) – Estados da área de atuação do BNB – 2019 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE (2020).

Em Pernambuco (-2,2%), 6 das 12 atividades, também relativas à indústria de transformação (Gráfico 6), avançaram: perfumaria e produtos de limpeza (+10,8%); bebidas (+9,2%); outros produtos químicos (+6,1%); produtos de minerais não metálicos (+5,6%); produtos de metal (+5,4%), e produtos de borracha e plástico (+2,6%). Reduziram-se: outros equipamentos de transporte (-61,9%); têxteis (-17,8%); metalurgia (-8,2%); celulose e papel (-6,7%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-5,1%), e alimentos (-3,5%).

Na Bahia, a redução no acumulado do ano (-2,9%) refletiu o recuo na indústria extrativa (-2,6%) e de transformação (-3,0%), conforme mostra o Gráfico 6. Na seção de transformação, avançaram 5 das 11 atividades pesquisadas: bebidas (+15,0%); produtos de minerais não metálicos (+10,8%); metalurgia (+6,4%); coque e derivados do petróleo (+2,5%), e produtos de borracha e material plástico (+1,5%). Dentre os recuos estão: outros produtos químicos (-17,0%); celulose e papel (-8,1%); veículos, reboques e carrocerias (-4,5%); couro, artigos para viagem e calçados (-3,5%), e alimentos (-2,1%).

Em Minas Gerais (-5,6%), o recuo foi puxado pela indústria extrativa (-25,3%), que reduziu a produção de minério de ferro após o rompimento da barragem de Brumadinho (Gráfico 6). Enquanto a indústria de transformação avançou (+0,9%), registrando aumento em 8 das 12 atividades pesquisadas. Foram elas: bebidas (+6,6); produtos têxteis (+6,4%); produtos alimentícios (+3,9%); máquinas e equipamentos (+3,6%); celulose e papel (+2,9%); fumo (+1,3%), e veículos, reboques e carrocerias (+1,3%); metalurgia (+0,9%). Recuaram: outros produtos químicos (-16,5%); coque e derivados do petróleo (-2,1%); produtos de metal (-1,8%), e produtos de minerais não-metálicos (-0,8%).

O recuo na indústria do Espírito Santo (-15,7%) foi influenciado pela situação em Minas Gerais, como também pela menor produção de óleos brutos de petróleo e gás natural e pela queda no setor de celulose que se encontra saturado. Assim, observa-se no Gráfico 6, queda na indústria extrativa (-21,1%) e de transformação (-10,3%), onde registrou elevação apenas em 1 das 4 atividades pesquisadas: produtos de minerais não metálicos (+10,2%). Reduziram-se: celulose e papel (-35,8%), metalurgia (-10,6%) e alimentos (-2,8%).

5 Serviços

Conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços cresceu 1,6%, na comparação do mês de dezembro de 2019 com relação ao mesmo período do ano anterior. Quando se compara dezembro em relação a novembro, registrou-se queda de 0,4%. No acumulado de 2019, o setor registrou alta de 1,0%, maior valor dos últimos quatro anos, apresentando, portanto, moderada recuperação.

Conforme a Tabela 1, dentre os cinco grupos pesquisados, os que obtiveram acréscimo em 2019 foram: Outros serviços (+5,8%), Serviços de informação e comunicação (+3,3%), Serviços prestados às famílias (+2,6%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (+0,7%). Apenas Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-2,5%) finalizaram o ano com saldo negativo. Com relação às subatividades no Brasil, destacaram-se positivamente: Serviços de Tecnologia da Informação (+13,0%), Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação-TIC (+3,7%), Serviços técnico-profissionais (+3,1%) e Serviços de alojamento e alimentação (+2,8%). Declinaram de forma expressiva no decorrer de 2019: Transporte aéreo (-5,3%), Transporte terrestre (-2,7%) e Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio (-2,5%).

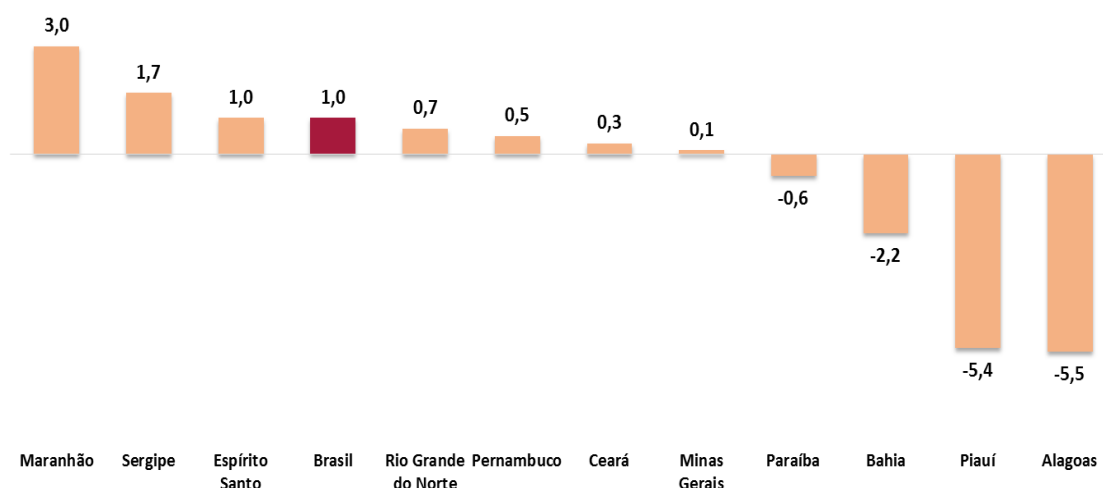
Tabela 1 - Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades - Brasil e Estados selecionados⁽¹⁾

Atividades e Subatividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	2,6	1,8	-5,3	-0,7	0,4	6,9
Serviços de alojamento e alimentação	2,8	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	1,5	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	3,3	-2,0	0,9	-4,8	0,8	-1,4
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	3,7	-	-	-	-	-
Telecomunicações	-0,8	-	-	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	13,0	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	0,5	-	-	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	0,7	1,2	-2,9	1,1	4,9	-4,9
Serviços técnico-profissionais	3,1	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	-0,2	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-2,5	4,4	3,7	-2,7	-5,4	3,4
Transporte terrestre	-2,7	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	2,7	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	-5,3	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	-2,5	-	-	-	-	-
Outros serviços	5,8	-15,3	7,1	-4,4	16,0	0,0
Total	1,0	0,3	0,5	-2,2	0,1	1,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota (1): O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais

Analisando-se os Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, verificou-se crescimento acima da média nacional, no acumulado de 2019, no Maranhão (+3,0%), Sergipe (+1,7%) e Espírito Santo (+1,0), enquanto Rio Grande do Norte (+0,7%), Pernambuco (+0,5%), Ceará (+0,3%) e Minas Gerais (+0,1%) cresceram abaixo. Apresentaram desempenho negativo: Paraíba (-0,6%), Bahia (-2,2%), Piauí (-5,4%) e Alagoas (-5,5%), segundo o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Variação (%) do volume de serviços - Brasil e Estados selecionados



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O IBGE detalha as atividades do setor de serviços para cinco Estados da área de atuação do Banco do Nordeste. No caso do Ceará, Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+4,4%), Serviços prestados às famílias (+1,8%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (+1,2%) obtiveram incremento. Registraram declínio Outros serviços (-15,3%) e Serviços de informação e comunicação (-2,0%).

Em Pernambuco, Outros serviços (+7,1%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+3,7%) e Serviços de informação e comunicação (+0,9%), cresceram, enquanto Serviços profissionais, administrativos e complementares (-2,9%) e Serviços prestados às famílias (-5,3%) registraram queda. Na Bahia, apenas Serviços profissionais, administrativos e complementares (+1,1%) apresentou crescimento em 2019, enquanto as demais atividades declinaram, especialmente Serviços de informação e comunicação (-4,8%) e Outros serviços (-4,4%).

Em Minas Gerais, os desempenhos de maior robustez ocorreram em Outros serviços (+16,0%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (+4,9%) e Serviços de informação e comunicação (+0,8%). Já o único grupo que apresentou queda foi Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-5,4%). No Espírito Santo, Serviços prestados às famílias (+6,9%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+3,4%) encerraram o ano com saldo positivo. Entretanto, Serviços de informação e comunicação (-1,4%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (-4,9%) declinaram e outros serviços (0,0%) não obtiveram variação.

6 Comércio Varejista

Conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o comércio varejista brasileiro registrou decréscimo de 0,1% em dezembro de 2019 frente a novembro do mesmo ano, descontados os efeitos sazonais. No acumulado de 2019, as vendas do varejo restrito fecharam com saldo positivo (+1,8%), no entanto com valor menor que os dois últimos anos, 2018 (+2,3%) e 2017 (+2,1), caracterizando uma retomada, ainda considerada modesta, para o período pós-crise. O varejo ampliado, onde são incluídas as atividades automotivas e de materiais de construção, apresentou variação negativa (-0,8%) em dezembro de 2019 comparativamente a novembro de 2019, finalizando, assim, o acumulado do ano com saldo positivo de 3,9%, também, menor que os anos de 2018 (+5,0%) e 2017 (+4,0%).

Dentre os dez grupos de atividades pesquisadas, apenas Livros, jornais, revistas e papelaria (-20,7%) apresentou queda no acumulado de 2019. Em contrapartida, as atividades com desempenhos favoráveis em 2019 foram: Veículos, motocicletas, partes e peças (+10,0%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+6,8%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+6,0%) e Material de construção (+4,3%). Os grupos de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+0,8%), Combustíveis e lubrificantes (+0,6%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+0,4%) e Tecidos, vestuário e calçados (+0,1%) registraram os menores crescimentos, conforme os dados especificados na Tabela 1.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades no Brasil e Estados selecionados em 2019

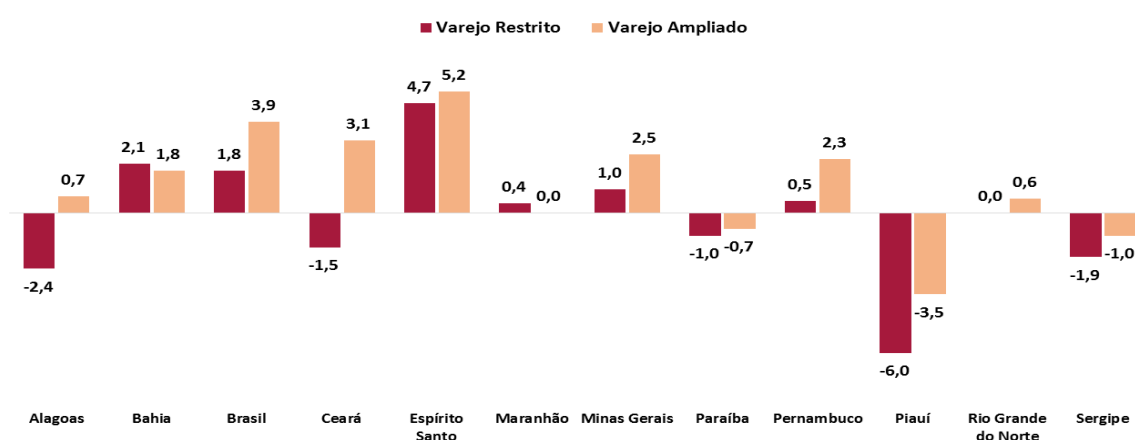
Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	1,8	-1,5	0,5	2,1	1,0	4,7
Combustíveis e lubrificantes	0,6	-2,3	3,6	6,0	-4,7	3,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,4	-7,4	-7,0	0,5	3,0	3,4
Hipermercados e supermercados	0,6	-8,1	-5,0	-0,4	3,2	3,5
Tecidos, vestuário e calçados	0,1	2,1	-2,3	4,6	-2,8	8,1
Móveis e eletrodomésticos	3,6	17,6	3,9	8,7	-7,4	2,9
Móveis	5,8	-3,8	-8,2	4,9	3,2	6,7
Eletrodomésticos	2,8	37,2	9,3	10,3	-9,3	0,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	6,8	1,2	9,7	2,0	10,0	10,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	-20,7	-12,3	-20,4	-45,4	-14,5	-38,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,8	-10,1	-12,4	-15,8	8,6	43,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	6,0	-0,7	13,1	1,8	-1,6	4,5
Comércio varejista ampliado	3,9	3,1	2,3	1,8	2,5	5,2
Veículos, motocicletas, partes e peças	10,0	13,6	9,1	1,6	9,8	7,9
Material de construção	4,3	13,8	-2,0	0,6	2,5	-7,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE, Nota: (1) Variação acumulada de jan-dez/2019.

Quanto ao comportamento do varejo restrito nos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste (BNB), verificaram-se valores positivos no acumulado de 2019 para o Espírito Santo (+4,7%), Bahia (+2,1%), Minas Gerais (+1,0%), Pernambuco (+0,5%) e Maranhão (+0,4%). Por outro lado, apresentaram queda: Paraíba (-1,0%), Ceará (-1,5%), Sergipe (-1,9%), Alagoas (-2,4%) e Piauí (-6,0%), como mostra o Gráfico 1.

Em relação ao varejo ampliado, Espírito Santo (+5,2%), Ceará (+3,1%), Minas Gerais (+2,5%), Pernambuco (+2,3%) e Bahia (+1,8%) finalizaram 2019 com saldo maior que a média nacional. Os Estados da Bahia (+1,8%), Alagoas (+0,7%) e Rio Grande do Norte (+0,6%) registraram valores menores, enquanto Maranhão (0,0%) fechou o ano sem crescimento. Por outro lado, Paraíba (-0,7%), Sergipe (-1,0%) e Piauí (-3,5%) apresentaram recuos na atividade, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Variação (%) do volume de vendas do comércio no Brasil e Estados selecionados em 2019



O IBGE detalha o setor comercial para cinco Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste. No Ceará, as atividades de Eletrodomésticos (+37,2%), Móveis e eletrodomésticos (+17,6%) e Material de construção (+13,8%) alcançaram crescimentos expressivos, maiores que o Brasil e os demais Estados. Contudo, Livros, jornais, revistas e papelaria (-12,3%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-10,1%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-7,4%) fecharam o ano com saldo negativo.

Em Pernambuco, cabe destacar Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+13,1%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+9,7%), enquanto Livros, jornais, revistas e papelaria (-20,4%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-12,4%) encerraram o ano com recuos. Na Bahia, a maior alta ocorreu em Eletrodomésticos (+10,3%), seguido por Móveis e eletrodomésticos (+8,7%) e Combustíveis e lubrificantes (+6,0%).

Em Minas Gerais, o maior acréscimo verificou-se em Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+10,0%), Veículos, motocicletas, partes e peças (+9,8%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+8,6%). Por fim, no Espírito Santo, Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+43,2%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+10,5%) sobressaíram-se.

7 Turismo

De acordo com a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (UNWTO), os desembarques internacionais cresceram 3,8% em 2019, atingindo 1,461 milhões de passageiros, contra 1,407 milhões de 2018. Essa taxa, apesar de positiva, é inferior à taxa de crescimento média anual dos últimos 10 anos, de 5,1%.

A Europa continua na liderança do número de desembarques internacionais, com 742 milhões de passageiros, o equivalente a 50,8% do total. Em segundo lugar, tem-se a Ásia e Pacífico com 364 milhões, representando 24,9% dos desembarques no mundo, seguido das Américas com 220 milhões (15,1%), o continente africano com 71 milhões (4,9%) e o Oriente Médio com 64 milhões (4,4%).

Com relação à taxa de crescimento em relação a 2018, o Oriente Médio mantém a liderança já observada no ano anterior, aumentando em 7,6% o número de desembarques internacionais em seu território, sendo seguido pela Ásia e Pacífico (4,6%), África (4,2%), Europa (3,7%) e Américas (2%).

Em documento da UNWTO, publicado em janeiro de 2020, portanto, anterior à crise global da Covid-19, o *World Tourism Barometer*, a organização projeta um crescimento de 3% a 4% do número de desembarques internacionais no mundo em 2020. A UNWTO alerta, no entanto, para os riscos advindos da piora do cenário econômico global, em especial na Europa com o Brexit, a guerra comercial EUA-China e a escalada da tensão geopolítica nas regiões sob conflito.

Especificamente em relação ao Brasil, conforme dados preliminares obtidos no Ministério do Turismo (MTur), apurados pelo Banco Central, a receita cambial turística em 2019 foi de US\$ 5,91 bilhões, ligeiramente inferior à de 2018, de US\$ 5,92 bilhões. A despesa cambial turística (gastos dos brasileiros no exterior) alcançou a cifra de US\$ 17,6 bilhões em 2019, também inferior à observada em 2018, de US\$ 18,3 bilhões. O menor gasto de brasileiros em 2019, comparado a 2018, reduziu o déficit cambial da conta turismo, passando de US\$ 12,3 bilhões (2018) para US\$ 11,7 bilhões em 2019.

A movimentação de passageiros domésticos e internacionais nos principais aeroportos do Brasil representa uma *proxy* comumente utilizada para se terminar o desempenho do turismo. Ressalte-se que os dados referentes à movimentação operacional dos aeroportos são fornecidos pelas Companhias Aéreas. Entretanto, a Resolução nº 8/2007, da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), atualmente em vigor, revoga, entre outras ações, a obrigatoriedade do envio dessas informações, podendo comprometer o grau de fidelidade destas.

A rede dos aeroportos com maior frequência (mínimo 52 decolagens/ano) do País soma 120 unidades. Considerando apenas os mais importantes, essa rede se reduz para 54 aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), dentre os quais se destacam-se os aeroportos internacionais de Guarulhos e Viracopos, ambos em São Paulo, Brasília, no Distrito Federal, Confins, em Minas Gerais, e Galeão, no Rio de Janeiro, nos quais a Infraero detém 49% de participação. Os aeroportos de Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Fortaleza e São Gonçalo do Amarante são administrados por concessionárias privadas.

De acordo com a ANAC, atualmente o País dispõe de 640 aeronaves registradas (Registro Aeronáutico Brasileiro - RAB) para transporte aéreo público regular para voos domésticos e internacionais, um discreto aumento em relação às registradas em 2018 (635 aeronaves).

Segundo o Anuário de Transporte Aéreo - Sumário Executivo 2018, da ANAC (o de 2019 só deverá estar disponível no segundo semestre de 2020), o mercado aéreo brasileiro apresentou, no ano de 2018, uma retomada no crescimento do número de decolagens, que vinha em queda desde 2013. Somando-se os mercados doméstico e internacional, foram realizados 967 mil voos regulares e não-regulares, o que representou alta de 2,8% com relação a 2017. Já o número de passageiros transportados apresentou seu segundo ano consecutivo de alta, após queda em 2016, e atingiu 117,6 milhões de passageiros domésticos e internacionais, segunda maior marca da série.

Conforme o Anuário, em 2018, no mercado doméstico, foram realizados 815,9 mil voos e transportados 93,6 milhões de passageiros, com altas de 1,3% e 3,3%, respectivamente em relação ao ano anterior. O mercado internacional apresentou, também, crescimento de oferta e demanda em 2018, totalizando 151,2 mil voos (+12%) e 24,0 milhões de passageiros (+10%), ambos registrando os maiores valores da série.

Ainda segundo o Anuário, em 2018, considerando apenas as operações domésticas, a empresa Gol manteve a maior participação no mercado doméstico de passageiro, com 31,5 milhões de passageiros, seguida por LaTam (28,5 milhões), Azul (21,3 milhões) e Avianca (11,6 milhões).

De acordo, com o MTur, foram registrados 109,4 milhões de embarques de passageiros nos aeroportos brasileiros em 2019, contra 107,7 milhões em 2018, aumento de 1,6% no período. Desses, 97,3 milhões (2019) e 95,6 milhões (2018) foram voos domésticos, acréscimo de 1,8%, e o restante, 12,1 milhões, foram internacionais, em ambos os anos (Tabela 1).

Tabela 1 - Embarques e desembarques em aeroportos - Brasil e Regiões - 2018 e 2019

Região/País	Total Embarque		Total Desembarque	
	2018	2019	2018	2019
Norte	5.294.764	5.479.790	5.170.980	5.317.245
Nordeste	18.704.814	19.034.282	18.644.698	18.949.353
Centro-Oeste	13.074.497	12.594.922	13.053.709	12.561.901
Sudeste	57.661.051	59.027.586	57.564.190	59.027.569
Sul	12.991.454	13.325.741	12.994.048	13.352.064
Brasil	107.728.598	109.464.340	107.429.643	109.210.151

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério do Turismo.

Com relação aos desembarques de passageiros nos aeroportos brasileiros, segundo o MTur, foram registrados 109,2 milhões em 2019, contra 107,4 milhões do ano anterior, incremento de 1,7%. Desses, 97,4 milhões (2019) e 95,6 milhões (2018) representaram voos domésticos, crescimento de 1,8%, e 11,8 milhões foram voos internacionais, nos dois anos em foco.

Entre as regiões do Brasil, o Sudeste lidera os embarques e desembarques de passageiros em voos domésticos e internacionais, representando mais da metade da movimentação, 54,0%, seguido do Nordeste com 17,4%, Sul (12,2%), Centro-Oeste (11,5%) e Norte (5,0%).

O Nordeste aumentou sua participação na movimentação de passageiros em relação a 2018, evoluindo para 19,9 milhões de passageiros embarcados em 2019, ante 18,7 milhões de passageiros em 2018, significando incremento de 6,4%. Em 2019, os vôos domésticos totalizaram 19,1 milhões e os internacionais 0,8 milhão. Com relação aos desembarques, foram quase 19,0 milhões de passageiros em 2019, sendo 18,1 milhões (doméstico) e 0,8 milhão (internacional), contra o total de 18,6 milhões no ano anterior.

No Nordeste, segundo levantamento do MTur (Tabela 2), a Bahia manteve a liderança de embarques/desembarques em 2019, com 5,2 milhões de passageiros, representando 27,3% da movimentação da Região. Segue Pernambuco com 4,8 milhões, equivalente a 25,1% dos passageiros na Região, e do Ceará com 3,9 milhões, ou 20,6% da movimentação. Acompanham os estados do Rio Grande do Norte, 1,2 milhão (6,2%); Alagoas, 1,1 milhão (5,6%); Maranhão, 0,9 milhão (5,2%); Paraíba, 0,7 milhão (3,9%); Piauí, 0,6 milhão (3,1%); e Sergipe com 0,6 milhão (3,0%).

Tabela 2 - Embarques e desembarques em aeroportos - Nordeste e Estados - 2018 e 2019

Região/País	Total Embarque		Total Desembarque	
	2018	2019	2018	2019
Alagoas	1.094.536	1.965.690	1.094.773	1.064.060
Bahia	5.265.205	5.187.060	5.248.703	5.175.622
Ceará	3.639.024	3.925.251	3.632.018	3.906.644
Maranhão	939.991	989.549	932.586	985.323
Paraíba	788.175	743.323	792.055	738.012
Pernambuco	4.617.008	4.780.142	4.598.514	4.760.517
Piauí	540.758	589.269	538.176	586.191
Rio Grande do Norte	1.221.451	1.182.849	1.214.536	1.169.806
Sergipe	598.666	571.149	593.337	563.178
Nordeste	18.706.832	19.936.301	18.646.716	18.951.372

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério do Turismo.

Em termos de taxa de crescimento, observa-se que os estados que aumentaram sua movimentação (taxa média de embarques e desembarques) em 2019 foram Piauí (8,9%), Ceará (7,7%), Maranhão (5,5%) e Pernambuco (3,5%). Os demais apresentaram redução na movimentação, em comparação ao ano anterior: Bahia (-1,4%), Alagoas (-2,7%), Rio Grande do Norte (-3,4%), Sergipe (-4,8%) e Paraíba (-6,3%).

Ainda segundo o MTur, da movimentação de passageiros do Nordeste, em 2019, 95,5% foram de embarques e desembarques domésticos, e o estado da Bahia manteve a liderança com cerca de 4,9 milhões de passageiros, participação de 27,2% da Região, seguido de Pernambuco com 4,5 milhões (24,8%), Ceará com 3,6 milhões (20,0%), Rio Grande do Norte com 1,2 milhão (6,2%), Alagoas com 1,1 milhão (5,8%), Maranhão com 1,0 milhão (5,4%), Paraíba com 0,7 milhão (4,1%), Piauí com 0,6 milhão (3,2%) e Sergipe com 0,6 milhão (3,1%).

Especificamente em relação aos vôos internacionais (embarques / desembarques), o Ceará aparece em primeiro lugar, tendo sido responsável por um terço de toda a movimentação da Região, ou 33,1% dos passageiros, seguido de Pernambuco (32,5%), Bahia (28,2%), Rio Grande do Norte (5,3%), Alagoas (0,8%), Paraíba (0,1%), e dos estados do Maranhão, Piauí e Sergipe, estes sem uma participação significativa, ou nula.

Em relação à movimentação de aeronaves, os principais aeroportos do Nordeste registraram 339.211 vôos em 2019, ante 344.788 em 2018, representando decréscimo de 1,6% no período. Recife, Salvador e Fortaleza concentraram 64,5% dos vôos em 2019, conforme especificado na Tabela 3.

Os únicos aeroportos aqui analisados que apresentaram crescimento no número de vôos nos anos analisados foram Aracaju (+14,7%), Imperatriz (+4,5%), Fortaleza (+3,9%) e Recife (+2,7%). Os demais registraram redução no número de vôos, especialmente Campina Grande (-22,0%), Juazeiro do Norte (-15,0%), Ilhéus (-11,8%) e João Pessoa (-10,9%), vide Tabela 3.

Tabela 3 - Movimento de aeronaves nos principais aeroportos do Nordeste

Principais Aeroportos do Nordeste	Movimento de Aeronaves ⁽¹⁾		
	2018	2019	%
Salvador	81.470	78.293	-3,9
Recife	78.766	80.887	2,7
Fortaleza	57.465	59.694	3,9
Natal	18.812	17.854	-5,1
São Luis	18.733	17.816	-4,9
Maceió	18.548	17.938	-3,3
João Pessoa	14.363	12.797	-10,9
Teresina	13.823	12.474	-9,8
Aracaju	12.115	13.901	14,7
Juazeiro do Norte	8.524	7.249	-15,0
Petrolina	5.945	5.479	-7,8
Ilhéus	5.607	4.945	-11,8
Imperatriz	4.862	5.079	4,5
Campina Grande	3.444	2.687	-22,0
Paranaíba	1.559	1.430	-8,3
Paulo Afonso	752	688	-8,5
Total	344.788	339.211	-1,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da ANAC. Nota: (1) Embarques e desembarques.

Em síntese, observou-se um discreto aumento da movimentação de passageiros nos aeroportos do País e, da mesma forma, no Nordeste em 2019. O número de vôos, por sua vez, diminuiu, considerando os reflexos da crise econômica de 2015/2016, e tendo em vista que as empresas áreas consolidaram rotas e reduziram a frequência dos vôos.

8 Mercado de Trabalho

Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, o Nordeste registrou o terceiro maior quantitativo de empregos dentre as Regiões do País, com a geração de 76.561 postos de trabalho no acumulado de 2019. Neste mesmo período, as nove Unidades Federativas dessa Região registraram saldo positivo na movimentação dos trabalhadores com carteira assinada, conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Nordeste e Estados: Movimentação de admitidos e desligados

Estado/Região	Dezembro de 2019				Jan - Dez/2019			
	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%) ⁽¹⁾	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%) ⁽²⁾
Bahia	42.149	53.523	-11.374	-0,66	632.415	601.557	30.858	1,82
Maranhão	9.378	12.799	-3.421	-0,72	162.242	151.535	10.707	2,30
Ceará	22.718	26.114	-3.396	-0,29	385.096	374.777	10.319	0,90
Pernambuco	24.737	30.095	-5.358	-0,42	410.649	400.953	9.696	0,78
Paraíba	8.196	11.188	-2.992	-0,73	133.705	127.551	6.154	1,52
Rio Grande do Norte	9.999	13.132	-3.133	-0,73	149.222	145.481	3.741	0,88
Sergipe	5.818	6.831	-1.013	-0,35	88.163	85.789	2.374	0,83
Piauí	5.274	8.231	-2.957	-1,01	97.264	95.283	1.981	0,68
Alagoas	6.059	7.218	-1.159	-0,33	121.015	120.284	731	0,21
Nordeste	134.328	169.131	-34.803	-0,54	2.179.771	2.103.210	76.561	1,21

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED. Notas (1) Refere-se à variação em relação a novembro/2019. (2) Refere-se à variação em relação ao saldo de jan-dez/2018.

Bahia (+30.858) apresentou o maior saldo positivo da Região, sendo o quinto Estado que mais gerou empregos celetistas no País, no acumulado de 2019. Registre-se que sete das oito atividades econômicas pesquisadas pelo CAGED registraram saldo positivo, com destaque para: Construção Civil (+11.551 postos na área metropolitana de Salvador e interior da Bahia); Serviços (+11.597 no interior do Estado), Comércio (+5.336 no interior) e Indústria de Transformação (2.607 no interior), conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 - Área Metropolitana e Interior: Saldo de emprego por atividade econômica em 2019

Nível Geográfico	Setor								Total
	Extrativa mineral	Indústria de transformação	S. I. U. P.	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	
Áreas Metropolitanas (a)	-81	-5.520	-1.275	6.066	3.638	11.951	-537	-810	13.432
RM de Maceió	-7	764	-524	1.100	-32	-930	-144	20	247
RM de Salvador	-68	-254	126	7.212	-39	-1.551	-193	-673	4.560
RM de Fortaleza	-21	-1.377	345	-2.783	319	7.808	-4	121	4.408
RM da Grande São Luís	6	316	-86	1.550	421	4.486	-273	-74	6.346
RM de João Pessoa	-5	-190	62	-355	1.456	-1.796	3	72	-753
RM de Recife	-20	-2.511	-365	-1.519	1.118	4.320	-48	-171	804
RIDE (1)	2	-972	-871	1.467	307	-2.576	-8	-119	-2.770
RM de Natal	-27	-214	-24	710	-362	-8	-2	26	99
RM de Aracaju	59	-1.082	62	-1.316	450	2.198	132	-12	491
Interior (b)	821	-809	1.116	8.531	14.319	31.185	-153	8.119	63.129
Alagoas	48	-2.387	45	53	285	833	-20	1.627	484
Bahia	682	2.607	703	4.339	5.336	11.597	163	871	26.298
Ceará	105	95	83	-1.022	2.110	3.975	165	400	5.911
Maranhão	61	-677	-18	1.679	2.061	1.544	-382	93	4.361
Paraíba	38	-635	89	-8	1.159	5.480	3	781	6.907
Pernambuco	-69	-660	42	1.304	1.536	3.181	-16	3.574	8.892
Piauí	-14	791	-85	1.237	1.024	1.239	-3	562	4.751
Rio Grande do Norte	20	179	241	241	471	2.169	-37	358	3.642
Sergipe	-50	-122	16	708	337	1.167	-26	-147	1.883
Nordeste (a+b)	740	-6.329	-159	14.597	17.957	43.136	-690	7.309	76.561

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED. Nota: (1) Timon (MA), faz parte da RIDE da Grande Teresina.

Maranhão (+10.707) registrou saldo positivo, no acumulado de 2019, com variação de 2,30% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo a maior variação registrada entre os nove Estados do Nordeste. O resultado positivo foi influenciado pelo desempenho favorável nos Serviços (+6.030, com destaque para Serviços médicos, odontológicos e veterinários, que gerou 5.986 postos de emprego), Construção Civil (+3.229), Comércio (+2.482, com destaque para o varejo que gerou +2.316), Extrativa Mineral (+67), Agropecuária(+19). Por outro lado, os demais setores obtiveram saldo negativo: Administração Pública (-655), Indústria de Transformação (-361) e S.I.U.P. (-104), vide Tabela 2.

Ceará (+10.319) apresentou aumento no nível de emprego no acumulado de 2019. Setorialmente, o Estado foi impactado positivamente pelos Serviços (+11.783), com destaque para o crescimento de cinco das seis subatividades. A segunda maior contribuição para geração de emprego no Estado foi o Comércio (+2.429), seguido pela Agropecuária (+521), S.I.U.P. (+428), Administração Pública (+161), e Extrativa Mineral (+84). Contudo, houve perdas nos setores da Construção Civil (-3.805) e Indústria de Transformação (-1.282, devido especialmente à Indústria têxtil do vestuário e artefato de tecidos, que obteve perda de 2.493 postos de trabalho), conforme especificado na Tabela 2.

Em Pernambuco (+9.696) houve aumento do nível de emprego, no ano de 2019, sendo o quarto com maior saldo positivo na Região. Tal resultado derivou do crescimento do estoque de emprego nos setores de Serviços (+7.501, com destaque para Serviços médicos, odontológicos e veterinários, que gerou 4.168 postos de trabalho), Agropecuária (+3.403) e Comércio (+2.654). Todavia, o Estado apresentou perdas de postos de trabalho na Área Metropolitana, principalmente, nos setores da Indústria de Transformação (-2.551), Construção Civil (-1.519) e S.I.U.P. (-365), de acordo com a Tabela 2.

Paraíba (+6.154) obteve saldo positivo na variação entre admitidos e desligados. Cabe destacar o desempenho dos Serviços (+3.684), Comércio (+2.615), Agropecuária (+853), S.I.U.P. (+151), Extrativa Mineral (+33), Administração Pública (+6). Em contrapartida, a Indústria de Transformação (-825) e Construção Civil (-363) obtiveram desempenhos negativos no período, vide Tabela 2.

Rio Grande do Norte (+3.741) apresentou saldo positivo nas contratações no acumulado de 2019. Serviços (+2.161), Construção civil (+951), Agropecuária (+384), S.I.U.P. (+217) e Comércio (+109) contribuíram com saldo positivo no acumulado do ano. Em contrapartida, Administração Pública (-39), Indústria de Transformação (-35) e Extrativa Mineral (-7) reduziram o nível de estoque de emprego (Tabela 2).

Sergipe (+2.374) apresentou crescimento no nível do estoque de emprego, no acumulado de 2019. Nesse sentido, Serviços (+3.365), Comércio (+787), Administração Pública (+106), S.I.U.P. (+92) e Extrativa Mineral (+9), registraram acréscimo de empregos em regime CLT. Os setores com saldo negativo foram: Indústria de Transformação (-1.204), Construção Civil (-608) e Agropecuária (-159), vide Tabela 2.

No Piauí houve incremento no nível de emprego em regime CLT em 2019, sendo o saldo entre admitidos e desligados de 1.981 postos de trabalho. Tal resultado foi decorrente do aumento de empregados nos seguintes setores: Construção Civil (+2.704), Comércio (+1.331), Agropecuária (+443). Houve perda no setor de Serviços (-1.337, em especial o Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico, -2.310), S.I.U.P. (-956), Indústria de Transformação (-181), Extrativa Mineral (-12) e Administração Pública (-11), de acordo com a Tabela 2.

Concomitantemente, Alagoas (+731) registrou crescimento moderado no nível de empregos da Região, no período de janeiro a dezembro de 2019. Cabe destacar que o Estado foi afetado, principalmente, pela perda de postos de trabalho na Indústria da Transformação (-1.623), a qual teve perdas significativas na Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (-2.214). Todavia, o Estado assinalou saldo positivo na Agropecuária (+1.647), Construção Civil (+1.153), Comércio (+253) e Extrativa Mineral (+41), conforme a Tabela 2.

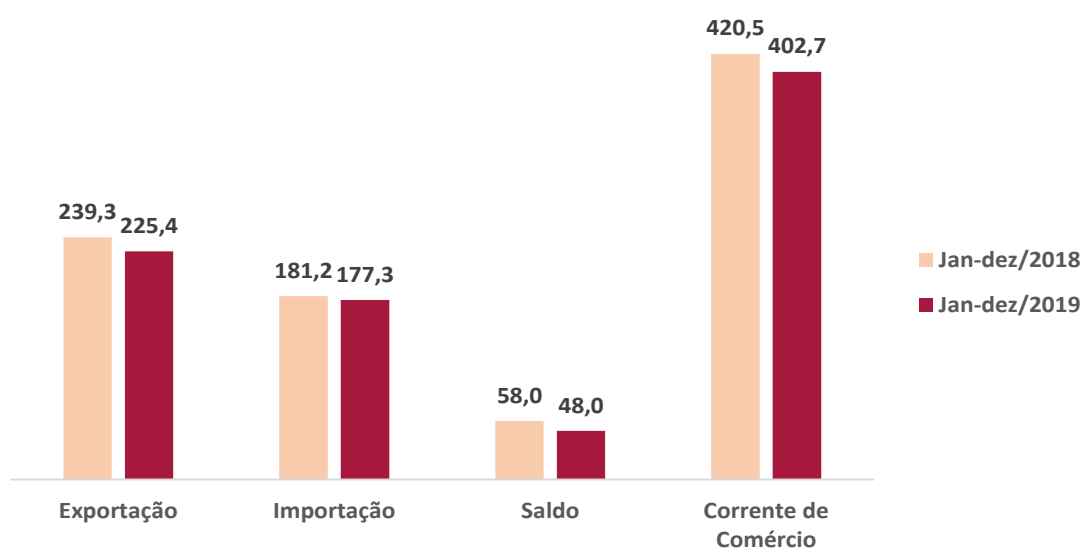
9 Comércio Exterior

A balança comercial brasileira apresentou superávit de US\$ 48.035,5 milhões, em 2019, 17,2% inferior ao registrado no ano anterior (US\$ 58.033,4 milhões), segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia.

As exportações brasileiras atingiram US\$ 225.383,5 milhões, revelando queda de 5,8%, enquanto as importações somaram US\$ 177.347,9 milhões, com retração de 2,1%, em 2019, comparativamente a 2018.

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 402.731,4 milhões, ante US\$ 420.494,6 milhões, no ano de 2018, queda de 4,2%, nesse intervalo.

Gráfico 1 - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio 2019 e 2018 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME (coleta de dados realizada em 12/02/2020).

Os principais fatores para a queda das exportações, segundo a Secretaria de Comércio Exterior, foi o aprofundamento da crise econômica na Argentina, importante comprador de produtos manufaturados brasileiros (principalmente automóveis) e a crise suína na China, que reduziu a demanda pela soja brasileira, principal produto da pauta brasileira.

A decomposição das exportações brasileiras por fator agregado (Tabela 1) mostra que, em 2019, as vendas dos Produtos Básicos representaram mais da metade da pauta exportadora (52,8%), com ligeira queda de 0,1% relativamente a 2018. Os principais produtos desse grupo foram: Soja, mesmo triturada (US\$ 26.071,8 milhões, 11,6% da pauta total), Óleos bruto de petróleo (US\$ 24.199,5 milhões, 10,7%) e Minérios de ferro e seus concentrados (US\$ 22.677,8 milhões, 10,1%). As vendas externas de Soja e Óleos bruto de petróleo decresceram 21,1% e 4,2%, respectivamente, enquanto as de Minérios de ferro cresceram 12,2%, no período 2019/2018.

Tabela 1 - Brasil - Exportação por fator agregado - US\$ milhões

Fator agregado	2019		2018		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	119.017,4	52,8	119.192,9	49,8	-0,1
Industrializados	106.357,7	47,2	116.601,0	48,7	-8,8
Semimanufaturado	28.431,2	12,6	30.478,1	12,7	-6,7
manufaturado	77.926,4	34,6	86.122,9	36,0	-9,5
Operações especiais	8,4	0,0	3.470,0	1,5	-99,8
Total	225.383,5	100,0	239.264,0	100,0	-5,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME (coleta de dados realizada em 12/02/2020).

Celulose (3,3% da pauta), Açúcar de cana, em bruto (2,0%) e Produtos semimanufaturados de ferro e aço (1,9%) foram os principais Produtos semimanufaturados exportados. Entretanto, registraram decréscimos nas vendas de 9,7%, 16,8% e 16,9%, nessa ordem.

No grupo dos Manufaturados (34,6% da pauta), os principais produtos exportados foram: Demais produtos manufaturados (2,6% da pauta), Automóveis de passageiros (1,7%) e Aviões (1,5%). Enquanto o primeiro produto registrou crescimento nas vendas de 14,8%, as exportações de Automóveis de passageiros e Aviões retrocederam 25,7% e 4,1%, respectivamente, no período em análise.

Os cinco principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 52,5% do total das vendas externas, em 2019: China (28,1%, Soja, Óleos brutos de petróleo, Minérios de ferro e seus concentrados); Estados Unidos (13,2%, Óleos brutos de petróleo, Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, Outros aviões e outros veículos aéreos); Holanda (4,5%, Plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis, Outros tubos flexíveis de ferro ou aço, Minérios de ferro e seus concentrados), Argentina (4,3%, Automóveis, Minérios de ferro e seus concentrados, Alumina calcinada, Japão (2,4%, Milho em grão, exceto para semeadura, Minérios de ferro e seus concentrados, Pedacos e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados, etc.). Comparativamente a 2018, retrocederam as exportações para China (-0,9%), Holanda (-22,5%), Argentina (-34,3%). Enquanto cresceram as vendas para os Estados Unidos (+3,6%) e Japão (+25,7%).

A desagregação das importações brasileiras por Grandes categorias econômicas (Tabela 2) revela crescimento apenas nas aquisições de Bens Intermediários (60,2% do total) que aumentaram 1,7%, no período em análise. Nessa categoria, foram importados, principalmente, Insumos industriais elaborados (37,9% das importações) e peças e acessórios para bens de capital (11,9%), com incremento nas compras de 3,8% e 6,4%, respectivamente. Os demais segmentos apresentaram queda do valor importado, com destaque para os Bens de Consumo Duráveis (-13,4%) e Bens de Capital (-11,8%).

Tabela 2 - Brasil - Importação por categorias econômicas - US\$ milhões

Categoria econômica	2019		2018		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	25.227,0	14,2	28.589,9	15,8	-11,8
Bens Intermediários	106.693,2	60,2	104.960,6	57,9	1,7
Bens de Consumo	24.629,7	13,9	25.477,5	14,1	-3,3
Bens de consumos não duráveis	19.237,7	10,8	19.250,3	10,6	-0,1
Bens de Consumos duráveis	5.392,0	3,0	6.227,2	3,4	-13,4
Combustíveis e lubrificantes	20.669,8	11,7	22.033,7	12,2	-6,2
Bens não especificados anteriormente	128,3	0,1	168,9	0,1	-24,1
Total	177.348	100,0	181.230,6	100,0	-2,1

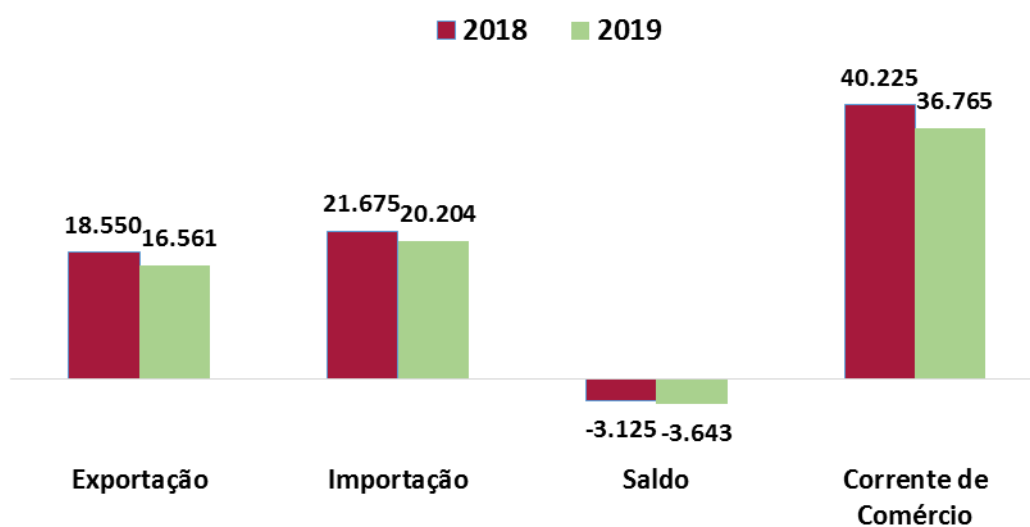
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME (coleta de dados realizada em 12/02/2020)

Já os principais países de origem das importações brasileiras, em 2019, foram: China (19,9%, Demais produtos manufaturados, Aparelhos transmissores ou receptores e componentes, Plataformas de perfuração ou de exploração), Estados Unidos (17,0%, Óleos combustíveis, Demais produtos manufaturados, Gasolina), Argentina (6,0%, Veículos de carga, Automóveis de passageiros, Trigo em grãos), Alemanha (5,8%, Demais produtos manufaturados, Medicamentos para medicina humana e veterinária, Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfamidas) e Coreia do Sul (2,7%, Circuitos integrados e micro conjuntos eletrônicos, Partes e peças para veículos automóveis e tratores, Demais produtos manufaturados).

Comparativamente a 2018, retrocederam as importações oriundas da Argentina (-4,5%), Alemanha (-2,6%) e Coreia do Sul (-12,5%). Enquanto cresceram as aquisições vindas dos Estados Unidos (+3,9%) e China (+1,6%).

As exportações do Nordeste totalizaram US\$ 16.560,9 milhões no acumulado de 2019, queda de 10,7% relativamente a 2018 (Gráfico 2). As importações somaram US\$ 20.204,4 milhões, retrocedendo 6,8%, nesse período. A balança comercial dessa Região, portanto, registrou déficit de US\$ 3.643,5 milhões, enquanto a corrente de comércio atingiu US\$ 36.765,3 milhões.

Gráfico 2 - Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da FUNCEXDATA (coleta de dados realizada em 04/02/2020).

A análise das exportações da Região por fator agregado (Tabela 3) mostra que todos os subgrupos apresentaram retração no volume de vendas no período em foco. As exportações de Produtos Básicos (31,3% da pauta nordestina) decresceram 4,4%. Os principais produtos exportados do segmento, em 2019, foram Soja (13,8% da pauta), Algodão em bruto (3,8%), Farelo e resíduos da extração de óleo de soja (2,1%) e Minérios de ferro e seus concentrados (1,8%). Comparativamente a 2018, as vendas externas de Soja e Farelo além de resíduos da extração de óleo de soja decresceram 26,9% e 25,1%, respectivamente. Enquanto as de Algodão, em bruto e Minérios de ferro e seus concentrados cresceram 70,5% e 349,0%, nessa ordem. As exportações de soja recuaram devido, principalmente, à queda dos preços internacionais, à menor safra brasileira e à retração da demanda chinesa causada pela peste suína.

Tabela 3 - Nordeste - Exportação por fator agregado - US\$ milhões

Fator Agregado	2019		2018		Variação (%)
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	5.186,9	31,3	5.427,4	29,3	-4,4
Industrializados	11.373,0	68,7	13.014,1	70,2	-12,6
Semimanufaturados	4.812,7	29,1	5.358,0	28,9	-10,2
Manufaturados	6.560,3	39,6	7.656,1	41,3	-14,3
Operações especiais ⁽¹⁾	0,9	0,0	108,5	0,6	-99,1
Total	16.560,9	100,0	18.550,1	100,0	-10,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da FUNCEXDATA (coleta de dados realizada em 04/02/2020).

Nota: (1) Operações especiais: Transações especiais, consumo de bordo, reexportação, etc.

As exportações de semimanufaturados (29,1% da pauta) recuaram 10,2%, no período em análise. As vendas de Celulose (10,9% da pauta) e de Produtos semimanufaturados de ferro e aço (7,3%) decresceram 21,3% e 12,2%, respectivamente, enquanto, os produtos classificados como Demais produtos semimanufaturados (2,6%) registraram incremento nas vendas externas de 52,9%.

Os produtos manufaturados foram os mais significativos na pauta do Nordeste, em 2019, com 39,6% de participação. No período em análise, registraram recuo de 14,3% das vendas externas. Contribuíram para esse resultado, a queda nas exportações de Alumina calcinada (-25,0%), Automóveis de passageiros (-34,8%) e Óleos combustíveis (- 16,0%) que juntos responderam por 17,2% da pauta regional.

Os cinco principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 56,6% das vendas externas da Região, em 2019: China (20,7%, Soja; Pastas químicas de madeira; Cátodos e seus elementos de cobre refinado); Estados Unidos (18,0%, Produtos semimanufaturados de ferro ou aço; Pastas químicas de madeira; Partes de outros motores/geradores/grupos eletrogeradores); Argentina (6,6%, Automóveis com motor a explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm³, mas não superior a 1.500 cm³; Automóveis com motor a explosão, 1500 < cm³ ≤ 3000; Alumina calcinada); Canadá (6,0%, Alumina calcinada; Outros resíduos/desperdícios, de outros metais preciosos; dourado (bulliondoré), em formas brutas, para uso não monetário); e Países Baixos (5,3%, Pastas químicas de madeira, a soda ou ao sulfato; Mangas frescas ou secas; Óleos combustíveis).

Comparativamente a 2018, as exportações retrocederam 23,3%, verificando-se recuos nas vendas externas para os Estados Unidos (-1,2%), Argentina (-37,4%), Canadá (-18,6%) e Holanda (-32,7%).

Do lado das importações do Nordeste (Tabela 4), as categorias Combustíveis e lubrificantes (33,0% das aquisições) e Bens de Capital (8,7%) registraram crescimento de 4,6% e 3,5%, respectivamente, em 2019 frente a 2018. As demais sofreram redução nas compras: Bens intermediários (-12,8%), Bens de consumo não duráveis (-0,2%) e Bens de consumo duráveis (-51,9%).

Tabela 4 - Nordeste - Importação por categoria econômica - US\$ milhões

Categoria Econômica	2019		2018		Variação (%)
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	1.760,3	8,7	1.700,7	7,8	3,5
Bens intermediários	10.537,5	52,2	12.085,1	55,8	-12,8
Bens de consumo	1.233,7	6,1	1.513,0	7,0	-18,5
Bens de consumo não duráveis	976,3	4,8	978,5	4,5	-0,2
Bens de consumo duráveis	257,3	1,3	534,5	2,5	-51,9
Combustíveis e lubrificantes	6.666,8	33,0	6.374,9	29,4	4,6
Bens não classificados	6,0	0,0	1,8	0,0	243,5
Total	20.204,4	100,0	21.675,4	100,0	-6,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da FUNCEXDATA (coleta de dados realizada em 04/02/2020).

Os principais produtos importados por categoria foram: Combustíveis e lubrificantes: Óleos combustíveis, inclusive óleo diesel (14,2% das aquisições e Gasolina (5,7%); Bens de Capital: Tratores e veículos de carga (3,0%) e Máquinas e equipamentos de uso geral (1,2%); Bens intermediários: Produtos e preparos químicos diversos (10,3%) e Nafta e demais produtos derivados do petróleo (7,5%); Bens de Consumo Duráveis: Automóveis de passageiros (0,6%) e Eletrodomésticos (0,4%); e Bens de Consumo não Duráveis: Produtos farmacêuticos e artigos médicos (1,0%); Artigos de vestuário e acessórios (0,5%).

Os principais países de origem das importações do Nordeste em 2019 foram: Estados Unidos (34,6%, Óleo diesel; Gasolinas; Propanos liquefeitos); China (10,5%, Células solares em módulos ou painéis; Glifosato e seu sal de monoisopropilamina; Moduladores/de moduladores (modems); Argentina (8,1%, Outros veículos automóveis com motor a diesel, para carga <= 5 toneladas; Trigos e misturas de trigo com centeio; Automóveis com motor a diesel, cm³ > 2500, superior a 6 passageiros); Rússia (3,1%, Cloretos de potássio; Naftas para petroquímica; Diidrogeno-ortofosfato de amônio); e Países Baixos (3,0%, Gasolinas; Óleo diesel; Gás natural liquefeito).

Comparativamente a 2018, cresceram as compras oriundas da Holanda (+23,3%), Estados Unidos (+6,7%) e China (+1,3%), enquanto as da Argentina (-15,8%) e Rússia (-5,0%) recuaram.

As vendas ao exterior do Maranhão (US\$ 3.543,6 milhões) registraram redução de 7,4% e as aquisições (US\$ 3.551,5 milhões) aumentaram 14,8%, em 2019, frente a 2018, gerando déficit de US\$ 7,8 milhões. Os principais produtos exportados pelo Estado, Alumina calcinada (35,6%), Soja (22,7%) e Pasta química de madeira (18,9%) registraram queda nas vendas de 22,7%, 18,2% e 22,4%, respectivamente. Por outro lado, o aumento das importações de Óleo diesel (+34,7%) e Gasolina (+131,3%) reforça o papel do Estado como *Hub* de distribuição de Combustível para os Estados vizinhos, obviamente com impactos negativos na balança comercial desse Estado.

O Piauí acumulou superávit de US\$ 254,8 milhões, em 2019, resultado de US\$ 542,8 milhões de exportações e US\$ 288,0 milhões de importações. Relativamente a 2018, as exportações piauienses recuaram 23,1%, enquanto as importações cresceram 115,5%. Soja (76,0% da pauta do Estado) e Bagaços e outros resíduos sólidos (5,6%) registraram contração de 31,0% e 24,9%, respectivamente, no período em foco. Já as vendas externas de Ceras vegetais (7,4%) cresceram 8,1%.

O Ceará registrou, em 2019, exportações no valor de US\$ 2.275,2 milhões e de importações de US\$ 2.356,8 milhões, acumulando déficit de US\$ 81,6 milhões. As vendas de Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, 45,0% da pauta cearense, retrocederam 9,2%, na relação 2019/2018. Já os embarques de Pás eólicas e aero geradores, com 8,8% de participação, registraram aumento de 189,8% no valor das vendas externas. Os Estados Unidos são o principal destino das exportações do Estado, com 44,6% de participação. Em 2019 ante 2018, as vendas ao País estadunidense cresceram 16,4%.

No Rio Grande do Norte, o saldo da balança comercial registrou superávit de US\$ 226,9 milhões, decorrente de US\$ 394,9 milhões de exportações e de US\$ 167,9 milhões de importações. Frente a 2018, as exportações cresceram 42,5%, enquanto as importações aumentaram apenas 1,0%. Melões frescos (29,6% da pauta) e Melancias frescas (8,5%) foram os principais produtos exportados pelo Estado, em 2019. Relativamente ao ano anterior, cresceram significativos 65,1% e 122,2%, respectivamente. Em seguida, na pauta, estão as vendas, consideradas extraordinárias e temporárias, de Aviões e turbo reatores, para os Estados Unidos, que representaram 6,5% do total das vendas externas.

As exportações da Paraíba somaram, em 2019, US\$ 126,3 milhões e as importações alcançaram US\$ 572,3 milhões, gerando déficit de US\$ 446,0 milhões na balança comercial. Comparativamente a 2018, cresceram 9,3% e 5,0%, respectivamente. As vendas externas de Calçados de borracha ou plásticos, com parte superior em tiras ou correias (47,1% da pauta) e Fios de algodão simples, de fibras penteadas (4,8%) cresceram 17,8% e 35,9%, nessa ordem. Já as exportações de Açúcares de cana (4,3%) decresceram 13,2%, no período em análise.

Tabela 5 - Nordeste e Estados - Exportação, Importação e saldo da balança comercial em 2019 - US\$ milhões

Estado/Região	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var (%) 2019/2018	Valor	Part. (%)	Var (%) 2019/2018	
Maranhão	3.543,6	21,0	-7,4	3.551,5	17,6	14,8	-7,8
Piauí	542,8	3,2	-23,1	288,0	1,4	115,5	254,8
Ceará	2.275,2	13,5	-2,9	2.356,8	11,7	-7,0	-81,6
Rio Grande do Norte	394,9	2,3	42,5	167,9	0,8	1,0	226,9
Paraíba	126,3	0,7	9,3	572,3	2,8	5,0	-446,0
Pernambuco	1.466,3	8,7	-26,5	5.092,0	25,2	-21,7	-3.625,7
Alagoas	319,1	1,9	-36,4	665,9	3,3	12,9	-346,9
Sergipe	50,6	0,3	-31,7	741,2	3,7	285,4	-690,6
Bahia	8.168,2	48,4	-8,2	6.772,3	33,5	-14,4	1.395,9
Nordeste	16.887,0	100,0	-9,9	20.208,0	100,0	-6,8	-3.321,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME (coleta de dados realizada em 12/02/2020).

Em Pernambuco, as exportações totalizaram US\$ 1.466,3 milhões e as importações, US\$ 5.092,0 milhões, em 2019, resultando em déficit de US\$ 3.625,7 milhões no saldo da balança comercial. Ante 2018, as exportações retrocederam 26,5%, com destaque para a queda nas vendas dos principais produtos vendidos: Automóveis com motor a explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros (-35,0%), Óleos combustíveis (-32,5%) e Poli (tereftalato de etileno) (-5,4%). As importações caíram 21,7%, com destaque para as reduções nas aquisições de Óleo diesel (-23,6%) e Outros propanos liquefeitos (-41,5%).

Em Alagoas, enquanto as exportações (US\$ 319,1 milhões) decresceram 36,4%, as importações (US\$ 665,9 milhões) aumentaram 12,9%, em 2019, relativamente a 2018, gerando déficit de US\$ 346,9 milhões. A queda das exportações alagoanas foi motivada pelo recuo de 3,4% nas vendas de Açúcares de cana e de 57,2% de Policloreto de vinila (PVC).

Sergipe exportou US\$ 50,6 milhões, em 2019, valor 31,7% inferior ao total registrado em 2018. Esse resultado decorreu, principalmente, da queda de 43,3% nas vendas de Suco de laranja (44,9% da pauta) e de 35,6% de Calçados (7,6%). Já as importações (US\$ 741,2 milhões) cresceram 285,4%, nesse período, com destaque para as aquisições de Grupos eletrogêneos (30,3%), Condensadores para máquinas a vapor (13,9%) e Caldeiras aquatubulares (8,7%). Essas transações comerciais geraram déficit na balança comercial de US\$ 690,6 milhões.

A Bahia lidera o ranking dos Estados exportadores e importadores do Nordeste, participando com 48,4% do total das vendas e com 33,5% das compras externas. No acumulado de 2019, tanto as exportações, US\$ 8.168,2 milhões, como as importações, US\$ 6.772,3 milhões, registraram queda de 8,2% e 14,4%, respectivamente, ante 2018. A balança comercial do Estado, entretanto, registrou superávit de US\$ 1.395,9 milhões. Soja (14,0%), Pasta química de madeira (10,9%) e Óleos combustíveis (9,0%) foram os principais produtos exportados pelo Estado em 2019. Comparativamente a 2018, as vendas de Soja e Pasta química de madeira retrocederam 27,7% e 28,3%, nessa ordem, enquanto as de Óleos combustíveis cresceram 44,5%. Os principais parceiros comerciais do Estado, China (-23,4%), Estados Unidos (-16,5%) e Argentina (-27,6%), retrocederam nas suas compras. Vale ressaltar que Cingapura assumiu o posto de terceiro país de destino antes ocupado pela Argentina.

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais produtos exportados e importados do Nordeste e Estados.

Quadro 1 - Nordeste e Estados: Principais produtos exportados e importados em 2019
- Em %

Estado/Região	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Alumina calcinada (35,6%), Soja (22,7%), Pasta química de madeira (18,9%)	Óleo diesel (55,9%), Gasolinas (14,0%), Álcool etílico (7,5%)
Piauí	Soja (76,0%), Ceras vegetais (7,4%), Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja (5,6%)	Células solares em módulos ou painéis (54,5%), Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado (4,9%), Conversores elétricos estáticos (4,3%)
Ceará	Produtos semimanufaturados de ferro ou aço (45,0%), Partes de outros motores/ geradores/ grupos eletrogeradores. (80%), Castanha de caju (4,4%)	Hulha betuminosa (17,4%), Trigos e misturas de trigo c/centeio (9,2%), Óleo diesel (7,3%)
Rio Grande do Norte	Melões frescos (29,6%), Melancias frescas (8,5%), Aviões e outros veículos aéreos (6,5%)	Trigos e misturas de trigo com centeio (33,9%), Polietileno linear (3,7%), Copolímeros de etileno e ácido acrílico (2,9%)
Paraíba	Calçados (47,1%), Fios de algodão simples (4,8%), Açúcares de cana (4,3%)	Óleos brutos de petróleo (22,3%), Trigos e misturas de trigo com centeio (9,1%), Malte não torrado, inteiro ou partido (7,0%)
Pernambuco	Automóveis c motor a explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros (16,6%), Óleos combustíveis (16,6%), Poli(tereftalato de etileno) (12,0%)	Óleo diesel (13,1%), Propanos liquefeitos (10,1%), Querosenes de aviação (9,2%)
Alagoas	Açúcares de cana (87,2%), Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento (2,3%), Poli(cloreto de vinila) (1,5%)	Dicloreto de etileno (ISO) (1,2-dicloroetano) (8,1%), Alhos, (5,1%), Diidrogeno-ortofosfato de amônio (2,8%)
Sergipe	Suco de laranja (44,9%), Açúcares de cana (11,3%), Calçados (7,6%)	Grupos eletrogêneos (30,3%), Condensadores para máquinas a vapor (13,9%), Caldeiras aquatubulares (8,7%)
Bahia	Soja (14,0%), Pasta química de madeira (10,9%), Óleos combustíveis (10,3%)	Naftas para petroquímica (21,0%), Sulfetos de minérios de cobre (10,7%), Gás natural liquefeito (6,9%)
Nordeste	Soja (14,0%), Pasta química de madeira (9,2%), Alumina calcinada (7,5%)	Óleo diesel (14,1%), Naftas para petroquímica (7,0%), Gasolinas (5,6%)

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da SEPEC/ME (coleta de dados realizada em 12/02/2020).

10 Finanças Públicas

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os Estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda *per capita* dos entes federativos. Os recursos variam diretamente em relação ao tamanho da população e inversamente em comparação com a renda *per capita*. Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem de forma substancial dos repasses constitucionais.

O FPE no Brasil totalizou R\$ 78,0 bilhões em 2019, ante R\$ 71,5 bilhões em 2018, conforme a Tabela 1. O crescimento real do FPE, descontada a inflação do período, foi de +5,1%. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O FPE para os Estados do Nordeste alcançou R\$ 40,6 bilhões, aumento real de +5,1% em comparação com 2018. A Região recebeu 52,1% do total desse fundo em 2019.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram crescimento real no volume de recursos do FPE em 2019, em comparação com 2018. Bahia (R\$ 7,2 bilhões), Ceará (R\$ 5,6 bilhões), Maranhão (R\$ 5,6 bilhões) e Pernambuco (R\$ 5,3 bilhões) obtiveram 58,6% dos valores destinados ao Nordeste. Seguiram Paraíba (R\$ 3,7 bilhões), Piauí (R\$ 3,4 bilhões), Alagoas (R\$ 3,3 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 3,3 bilhões) e Sergipe (3,2 bilhões), com 41,4% do total.

O FPM no País somou R\$ 90,4 bilhões no ano de 2019, em comparação com R\$ 83,0 bilhões em 2018 (Tabela 1). O crescimento real foi +5,0%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 31,9 bilhões, crescimento real de +4,8%, em comparação com 2018 (Tabela 1).

Tabela 1 - FPE e FPM - Brasil, Nordeste e Estados em 2018 e 2019 - R\$ Milhões

Estados/Região	FPE		FPM		FPM Capitais	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Alagoas	3.005	3.303	1.887	2.051	358	387
Bahia	6.663	7.238	7.631	8.300	644	696
Ceará	5.196	5.641	4.130	4.490	715	773
Maranhão	5.128	5.585	3.492	3.796	447	483
Paraíba	3.403	3.676	2.608	2.838	286	309
Pernambuco	4.894	5.340	4.088	4.445	451	487
Piauí	3.087	3.377	2.209	2.401	447	483
Rio Grande do Norte	2.959	3.257	2.059	2.239	258	278
Sergipe	2.938	3.214	1.243	1.351	258	278
Nordeste	37.274	40.632	29.345	31.910	3.863	4.175
Espírito Santo	1.121	1.238	1.483	1.661	143	186
Minas Gerais	3.214	3.507	10.904	11.867	429	464
Brasil	71.481	77.950	83.011	90.409	8.301	9.041

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da STN.

O Nordeste recebeu 35,3% do total dos recursos do FPM em 2019. Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram crescimento real no volume de recursos do FPM em 2019, em comparação com 2018. Bahia (R\$ 8,3 bilhões), Ceará (R\$ 4,5 bilhões), Pernambuco (R\$ 4,4 bilhões) e Maranhão (R\$ 3,8 bilhões) foram beneficiados com 65,9% do total de recursos destinados à Região. Seguiram Paraíba (R\$ 2,8 bilhões), Piauí (R\$ 2,4 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 2,2 bilhões), Alagoas (R\$ 2,1 bilhões) e Sergipe (R\$ 1,4 bilhão), com 34,1% do total do FPM destinado ao Nordeste.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 9,0 bilhões em 2019, aumento de +5,0% em termos reais, em relação a 2018. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 4,2 bilhões, com crescimento real de +4,2%, comparado com 2018.

As capitais do Nordeste foram beneficiadas com 46,2% do total de recursos alocados pelo FPM Capitais, em 2019. Fortaleza (R\$ 773 milhões), Salvador (R\$ 696 milhões), Recife (R\$ 487 milhões), São Luís (R\$ 483 milhões) e Teresina (R\$ 483 milhões) obtiveram 70,0% do total do FPM Capitais destinado ao Nordeste. Seguiram Maceió (R\$ 387 milhões), João Pessoa (R\$ 309 milhões), Natal (R\$ 278 milhões) e Aracaju (R\$ 278 milhões), com 30,0% dos recursos desse fundo ao Nordeste em 2019.

As previsões do Tesouro Nacional para 2020 indicam crescimento nominal do FPE no País de 3,69%, enquanto que no Nordeste o incremento deverá totalizar 4,01%. Para o FPM, o crescimento esperado é de 3,96% para o Brasil, e ao mesmo tempo que o crescimento do Nordeste será de 3,77% (Tabela 2).

Tabela 2 - Previsões para o FPE e FPM em 2020

Estado/Região	FPE		FPM	
	2020 ⁽¹⁾	1º Trimestre de 2020 ⁽²⁾	2020 ⁽¹⁾	1º Trimestre de 2020 ⁽²⁾
Alagoas	3.408	888	2.135	498
Bahia	7.547	1.946	8.631	2.013
Ceará	5.878	1.517	4.672	1.089
Maranhão	5.819	1.502	3.948	921
Paraíba	3.848	988	2.952	688
Pernambuco	5.558	1.436	4.542	1.078
Piauí	3.499	908	2.499	582
Rio Grande do Norte	3.368	876	2.329	543
Sergipe	3.338	864	1.406	328
Nordeste	42.262	10.923	33.113	7.740
Espírito Santo	1.269	333	1.727	403
Minas Gerais	3.631	943	12.338	2.879
Brasil	80.830	20.956	93.988	21.930

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da STN. Notas: (1) Previsões baseadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2020) - modificado. (2) Estimativa da STN, a partir de dados da Receita Federal.

A arrecadação de ICMS no Brasil alcançou R\$ 509,1 bilhões em 2019, ante R\$ 479,6 bilhões no mesmo período de 2018, significando um ganho real de 2,3%. No Nordeste, a arrecadação de ICMS alcançou R\$ 87,6 bilhões, em contraste com R\$ 81,8 bilhões em 2018, representando incremento real de 3,2% no período em análise.

A concentração do ICMS é refletida na distribuição do tributo em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase metade do ICMS arrecadado em 2019, precisamente 49,1%. A seguir, ficaram o Sul (17,8%); Nordeste (17,2%); Centro-Oeste (9,4 %); e Norte (6,4%), conforme especificado na Tabela 3.

Tabela 3 - Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados em 2018 e 2019

Estado/Região/País	2018		2019		Var. Real (%)
	Valor (R\$ Bilhão)	Part.(%)	Valor (R\$ Bilhão)	Part.(%)	
Alagoas	4,0	0,8	4,2	0,8	1,2
Bahia	23,6	4,9	24,7	4,9	1,1
Ceará	12,0	2,5	13,2	2,6	5,8
Maranhão	7,0	1,5	7,9	1,5	8,2
Paraíba	5,6	1,2	5,9	1,2	1,1
Pernambuco	15,9	3,3	17,9	3,5	8,8
Piauí	4,5	0,9	4,5	0,9	-3,6
Rio Grande do Norte	5,7	1,2	5,7	1,1	-2,7
Sergipe	3,5	0,7	3,5	0,7	-2,5
Nordeste	81,8	17,0	87,6	17,2	3,2
Norte	29,8	6,2	32,8	6,4	6,2
Sudeste	235,8	49,2	250,2	49,1	2,3
Espírito Santo	10,2	2,1	11,5	2,2	8,1
Minas Gerais	49,1	10,2	51,9	10,2	2,1
Sul	86,4	18,0	90,5	17,8	1,0
Centro-Oeste	45,9	9,6	48,0	9,4	0,8
Brasil	479,6	100,0	509,1	100,0	2,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central do Brasil e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

A título de comparação, segue a distribuição da população por Região: Sudeste (41,8%); Nordeste (27,5%); Sul (14,3%); Norte (8,7%); e Centro-Oeste (7,7%). Verifica-se, portanto que, em termos regionais, Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuem participações na arrecadação de ICMS superiores, em comparação com suas respectivas porcentagens de população. No Norte e Nordeste, verifica-se o inverso, sendo que o maior hiato entre arrecadação de ICMS e população está no Nordeste e Estados dessa Região.

Especificamente no Nordeste, o ICMS cresceu 7,1% em termos nominais em 2019. Descontada a inflação, entre janeiro e dezembro de 2019 e 2018, implicou um ganho real de 3,2%. Nas demais regiões, os ganhos em termos reais foram: Norte (+6,2%), Sudeste (+2,3%), Sul (+1,0%) e Centro-Oeste (+0,8%).

Três estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram perdas reais de arrecadação no período em análise: Piauí (-3,6%), Rio Grande do Norte (-2,7%) e Sergipe (-2,5%). Ganhos reais ocorreram no Espírito Santo (+9,5%), Pernambuco (+8,8%), Maranhão (+8,2%), Ceará (+5,8%), Minas Gerais (+2,1%), Alagoas (+1,2%), Paraíba (+1,1%) e Bahia (+1,1%), conforme especificado na Tabela 3.

Em termos setoriais, é importante ressaltar que a arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia e petróleo, combustíveis e lubrificantes alcança 96,1% da arrecadação total do ICMS no Nordeste, média de 2018 e 2019. No Espírito Santo este percentual sobe para 98,1% e situa-se em 95,6% em Minas Gerais.

Tabela 4 - ICMS: Participação setorial na arrecadação estadual - Média de 2018 e 2019 - Em %

Estado/Região	Primário	Secundário	Terciário	Energia	Petróleo	Dívida Ativa e Outros
Alagoas	0,05	32,96	41,94	11,37	10,23	3,46
Bahia	0,66	25,51	35,09	11,98	23,00	3,75
Ceará	0,05	19,87	39,13	13,22	24,13	3,61
Maranhão	0,48	14,51	36,68	12,31	32,17	3,84
Paraíba	0,14	14,49	45,23	13,07	22,55	4,52
Pernambuco	0,09	16,60	51,00	11,51	19,38	1,42
Piauí	6,87	13,73	31,88	14,79	32,55	0,18
Rio Grande do Norte	2,28	14,95	48,53	11,37	22,87	0,00
Sergipe	4,83	22,43	39,54	10,23	18,58	4,39
Espírito Santo	0,03	32,12	35,95	11,93	18,05	1,92
Minas Gerais	0,40	26,43	34,18	13,54	21,45	3,99
Nordeste	0,99	20,07	40,95	12,18	22,91	2,89

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central do Brasil e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Vale registrar que a arrecadação do setor terciário apresenta a maior participação média na arrecadação do ICMS do Nordeste (40,9%), conforme especificado na Tabela 2. A arrecadação do referido setor, cresceu +1,2% em termos reais em 2019, sendo que quatro Estados registraram perdas reais: Piauí (-4,5%), Bahia (-2,2%), Alagoas (-1,4%) e Sergipe (-1,4%). Os incrementos reais mais expressivos nesse setor ocorreram no Espírito Santo (+7,4%), em Pernambuco (+4,2%) e no Rio Grande do Norte (+3,9%), seguido por Maranhão (+3,0%), Ceará (+2,6%), Minas Gerais (+2,4%) e Paraíba (+1,9%).

A arrecadação no setor secundário, que representou 20,1% (Tabela 2), do total obtido no Nordeste, considerando a média de 2018 e 2019, aumentou +5,8% em termos reais. Os destaques para o incremento na arrecadação desse setor foram: Maranhão (+17,7%), Pernambuco (+13,9%), Espírito Santo (+11,2%), Bahia (+6,5%), Paraíba (+6,0%), seguido por Sergipe (+5,6%), Minas Gerais (+5,3%), Ceará (+5,0%) e Piauí (+1,9%). Dois Estados apresentaram perdas reais: Rio Grande do Norte (-20,0%) e Alagoas (-0,4%).

O setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, que obteve uma participação de 22,9% na arrecadação total do Nordeste no período em análise (Tabela 2), apresentou crescimento de +4,0% em termos reais. As maiores variações verificaram-se no Ceará (+16,3%) e Maranhão (+16,3%), seguido por Pernambuco (+16,2%), Espírito Santo (+9,3%), e Alagoas (+3,7%). Cinco Estados obtiveram perdas reais: Rio Grande do Norte (-10,7%), Bahia (-4,9%), Sergipe (-4,6%), Minas Gerais (-3,9%), Paraíba (-3,6%) e Piauí (-3,2%).

O segmento de energia, com 12,2% de participação no total arrecadado do Nordeste (Tabela 2), registrou ganho real de +2,0% no período em análise. Os destaques ocorreram na Bahia (+10,4%) e Paraíba (+6,4%), seguidos por Minas Gerais (+3,5%), Pernambuco (+2,4%) e Rio Grande do Norte (+1,2%). As perdas reais verificaram-se no Piauí (-8,5%), Maranhão (-8,3%), Espírito Santo (-5,3%), Sergipe (-5,0%), Alagoas (-4,1%) e Ceará (-0,6%).

O decréscimo da arrecadação do Piauí (-3,6%) deve-se às perdas reais nos setores terciário, energia e petróleo, que participam com 79,2% na arrecadação desse Estado. No caso do Rio Grande do Norte (-2,7%), os setores secundário além de petróleo, combustíveis e lubrificantes apresentaram recuos. Em Sergipe (-2,5%), verificaram-se quedas nos setores terciário, energia e petróleo, além da dívida ativa (-42,9%), que responde por 4,4% da arrecadação do Estado.

O quadro financeiro das Unidades Federativas brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o BNB/ETENE tem acompanhado regularmente o cenário das finanças públicas através do indicador denominado “Grau de Endividamento dos Estados (GRE)”. O GRE corresponde à Dívida Consolidada Líquida (DCL) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) de uma determinada Unidade Federativa (Estado, Região ou País).

A Dívida Consolidada Líquida, por sua vez, compreende o montante total das obrigações financeiras, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e transferências correntes deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF das transferências efetuadas.

O somatório das receitas estaduais aumentou para R\$ 685,5 bilhões em 2019, ante R\$ 644,7 bilhões em 2018, representando incremento real de 2,5% nesse período. Nesse mesmo intervalo de tempo, a dívida incrementou para R\$ 821,4 bilhões em 2019, em contraste com R\$ 791,2 bilhões, em 2018, implicando expansão real de 0,1%, conforme especificado na Tabela 5.

Tabela 5 - Dívida, receita e grau de endividamento do Brasil, Regiões e Estados selecionados

Estado/Região/País	DCL (R\$ milhões)		RCL (R\$ milhões)		GRE	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Alagoas	6.816	6.404	7.965	8.559	0,86	0,75
Bahia	20.494	21.527	31.980	34.526	0,64	0,62
Ceará	10.962	10.995	19.186	20.882	0,57	0,53
Maranhão	7.144	6.198	13.294	14.530	0,54	0,43
Paraíba	3.115	2.382	9.593	10.246	0,32	0,23
Pernambuco	14.134	13.258	23.132	25.340	0,61	0,52
Piauí	4.357	5.182	8.634	9.471	0,50	0,55
Rio Grande do Norte	2.561	3.255	9.534	10.178	0,27	0,32
Sergipe	3.400	3.689	7.371	8.054	0,46	0,46
Nordeste	72.984	72.890	130.690	141.785	0,56	0,51
Norte	16.921	16.014	59.456	66.960	0,28	0,24
Sudeste	540.085	567.861	287.414	296.766	1,88	1,91
Espírito Santo	2.571	2.223	13.567	14.921	0,19	0,15
Minas Gerais	106.509	122.689	56.345	64.068	1,89	1,91
Sul	119.615	126.411	98.143	103.807	1,22	1,22
Centro-Oeste	41.600	38.228	69.003	76.203	0,60	0,50
Brasil	791.205	821.405	644.706	685.522	1,23	1,20

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

Notas: DCL = Dívida Consolidada Líquida. RCL = Receita Corrente Líquida.

Os dados de Roraima e São Paulo referentes a 2019 foram estimados, tendo em vista que não haviam sido divulgados até a conclusão desse artigo.

Em consequência, o GRE total estadual caiu para 1,20 em 2019, ante 1,23 em 2018, de acordo com a Tabela 5. Esta redução no grau de endividamento ocorreu tendo em vista a diminuição do GRE nas regiões Nordeste (para 0,51), Norte (para 0,24) e especialmente no Centro-Oeste (para 0,50). O nível de endividamento do Sul (1,22) manteve-se estável enquanto o GRE do Sudeste (1,91) aumentou (Tabela 5).

Cabe salientar que os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul concentraram 79,7% do total da dívida estadual em 2019. A receita dessas Unidades Federativas, por sua vez, representou 46,9% do total estadual nesse mesmo ano.

Seguem as participações das regiões em termos do total da dívida em 2019: Norte (1,9%), Centro-Oeste (4,7%), Nordeste (8,9%), Sul (15,4%) e Sudeste (69,1%). Quanto às receitas, tem-se: Norte (9,8%), Centro-Oeste (11,1%), Sul (15,1%), Nordeste (20,7%) e Sudeste (43,3%). Portanto, Norte, Centro-Oeste e especialmente Nordeste possuem expressivas participações de suas respectivas receitas em confronto com a representatividade de suas dívidas. O inverso verifica-se no Sul e destacadamente no Sudeste, ou seja, a participação de suas dívidas supera a representatividade das suas receitas.

A dívida do Nordeste diminuiu para R\$ 72,9 bilhões em 2019, ante 73,0 bilhões em 2018, significando redução de 3,7% em termos reais nesse período. A receita, por sua vez, aumentou para R\$ 141,8 bilhões em 2019, em contraste com R\$ 130,7 bilhões em 2018, representando aumento real de +4,6% nesse período (Tabela 5).

Cinco Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram aumento real em suas respectivas dívidas: Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, enquanto que Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo apresentaram reduções, de acordo com os dados especificados na Tabela 5.

Todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste apresentaram aumento real de receita no período em análise. Os mais expressivos foram: Piauí (+5,8%), Pernambuco (+5,6%), Maranhão (+5,4%) e Sergipe (+5,3%), seguido por Ceará (+4,9%), Bahia (+4,1%), Alagoas (+3,6%), Paraíba (+3,0%) e Rio Grande do Norte (+2,9%), conforme a Tabela 5.

Sergipe (0,46) manteve seu GRE estável, enquanto três Unidades Federativas apresentaram incrementos em seus respectivos indicadores: Piauí (0,55), Rio Grande do Norte (0,32) e Minas Gerais (1,91), considerando que suas dívidas cresceram em maior escala que suas respectivas receitas. As demais Unidades Federativas estudadas registraram reduções no GRE: Maranhão (0,43), Ceará (0,53), Paraíba (0,23), Pernambuco (0,52), Alagoas (0,75), Bahia (0,62) e Espírito Santo (0,15).

É importante registrar que o recente cenário recessivo combinado com a lenta recuperação econômica gerou impactos negativos nos orçamentos estaduais. Apesar das condições econômicas adversas, os índices de endividamento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste recuaram, enquanto o Sul manteve-se estável. Somente o Sudeste apresentou incremento.

O quadro financeiro e fiscal das unidades federativas brasileiras tem se constituído em um dos relevantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o BNB/ETENE tem estudado o cenário das finanças públicas através do indicador denominado “Índice de Dependência Financeira (IDF)”.

O IDF corresponde à relação entre as Transferências da União e a Receita Corrente Líquida (RCL).

As Transferências da União são representadas pela soma do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Transferências Discricionárias (TD) para Estados e municípios.

A Receita Corrente Líquida corresponde à arrecadação obtida pela própria Unidade Federativa e às Transferências Correntes (legais e discricionárias). A RCL pode ser utilizada como mais um parâmetro para se medir as desigualdades regionais. Assim é que o Sudeste detém 43,9% da RCL brasileira e cada Estado dessa Região gera, em média, 11,0% da RCL brasileira. As Unidades Federativas do Sul geram, em média, 5,1% da RCL brasileira, seguindo-se as do Centro-Oeste (2,7%), Nordeste (2,3%) e Norte (1,4%). Especificamente no Nordeste, verifica-se que a Bahia gera 5,0% da RCL brasileira, seguida por Pernambuco (3,6%) e Ceará (3,0%), enquanto que a média estadual do Nordeste é de 2,3%.

O IDF mostra a capacidade de uma unidade federativa em gerar receitas a partir de sua própria base econômica, isto é, de sua arrecadação de tributos. Quanto mais o IDF for próximo de zero, menor será a dependência da Unidade Federativa em relação às transferências federais. Inversamente, quanto mais o IDF se distancia de zero, maior será a dependência da Unidade Federativa em relação às transferências federais.

O IDF nacional manteve-se em 0,25 em 2019, significando que o nível médio de dependência do conjunto das Unidades Federativas do País em relação às Transferências da União não se alterou. Cabe ressaltar que as transferências federais, em termos reais, subiram no agregado do País (+5,1%) e em todas as regiões, enquanto as receitas correntes líquidas aumentaram em menor escala, precisamente, +2,5% no País. A estabilidade se manteve porque as TD caíram 39,6% (Tabela 6).

Tabela 6 - Receita corrente líquida, transferências da União e índice de dependência financeira

Estado/Região/País	RCL		FPE		FPM		TD		IDF	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Alagoas	7.965	8559	3.005	3.303	1.887	2.051	249	135	0,65	0,64
Bahia	31.980	34526	6.663	7.238	7.631	8.300	657	343	0,47	0,46
Ceará	19.186	20882	5.196	5.641	4.130	4.490	537	280	0,51	0,50
Maranhão	13.294	14530	5.128	5.585	3.492	3.796	123	26	0,66	0,65
Paraíba	9.593	10246	3.403	3.676	2.608	2.838	345	54	0,66	0,64
Pernambuco	23.132	25340	4.894	5.340	4.088	4.445	425	74	0,41	0,39
Piauí	8.634	9471	3.087	3.377	2.209	2.401	153	144	0,63	0,63
Rio Grande do Norte	9.534	10178	2.959	3.257	2.059	2.239	137	136	0,54	0,55
Sergipe	7.371	8054	2.938	3.214	1.243	1.351	151	74	0,59	0,58
Nordeste	130.690	141785	37.274	40.632	29.345	31.910	2.776	1.266	0,53	0,52
Norte	59.456	66960	18.274	19.991	7.375	7.977	796	419	0,44	0,42
Sudeste	287.414	296766	6.184	6.817	25.899	28.324	597	837	0,11	0,12
Espírito Santo	13.567	14921	3.214	3.507	10.904	11.867	65	79	1,05	1,04
Minas Gerais	56.345	64068	1.121	1.238	1.483	1.661	180	115	0,05	0,05
Sul	98.143	103807	4.592	4.927	14.467	15.726	383	411	0,20	0,20
Centro-Oeste	69.003	76203	5.157	5.582	5.925	6.473	872	466	0,17	0,16
Brasil	644.706	685522	71.481	77.950	83.011	90.409	5.424	3.399	0,25	0,25

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

Três regiões obtiveram leve recuo no Índice de Dependência Financeira em 2019: Nordeste (para 0,52), Norte (para 0,42) e Centro-Oeste (para 0,16). No Nordeste, em termos nominais, o FPE (+9,0%) e o FPM (+8,7%) cresceram acima da RCL (+8,5%). Por outro lado, verificou-se redução substancial nas transferências discricionárias (-54,4%), que representou 1,5% da RCL, média de 2018 e 2019. Em 2018, referidas transferências representaram 2,1% da RCL total do Nordeste (Tabela 6).

Atualmente, o Sudeste conta com o menor IDF (0,12) dentre as regiões do País, sendo portanto a Região com o menor grau de dependência das Transferências da União. A arrecadação auferida no próprio Sudeste representou 88% da receita obtida por essa Região em 2019.

Por outro lado, o Nordeste continua sendo a região com o maior grau de dependência das transferências federais, tendo o IDF alcançado 0,52 em 2019. Em outros termos, a arrecadação auferida no próprio Nordeste significou apenas 48% da receita realizada por essa Região no período em referência, quando a média nacional é 75%.

Oito estados do Nordeste apresentaram redução no IDF em 2019, reduzindo, portanto, a dependência de recursos federais: Pernambuco (-4,3%), Paraíba (-3,3%), Ceará (-3,0%), Sergipe (-2,0%), Maranhão (-1,6%), Bahia (-1,6%), Piauí (-0,9%) e Alagoas (-0,6%). Apenas no Rio Grande do Norte (+2,4%) ocorreu incremento, considerando-se que a taxa de crescimento do FPE (+10,1%) e do FPM (+8,8%) aumentou com maior intensidade em comparação com a RCL (+6,8%), enquanto que as TD (-1,2%) declinaram moderadamente. Cabe destacar que, além do Rio Grande do Norte, o Piauí (-5,4%) obteve pequena queda nas referidas transferências.

Pernambuco (0,39) possui o menor IDF dentre os Estados do Nordeste, seguido por Bahia (0,46) e Ceará (0,50), sendo as únicas Unidades Federativas do Nordeste com indicador abaixo da média da Região (0,52), porém, ainda acima da média Nacional (0,25).

A dependência dos estados do Nordeste das Transferências Federais é reflexo de uma base econômica ainda incipiente nessa Região, com elevado nível de informalidade nas relações econômicas, gerando, assim, uma modesta arrecadação tributária. As Transferências Federais cumprem papel vital para o fortalecimento do Nordeste. Contudo, torna-se imprescindível fortalecer as políticas de desenvolvimento regional, com ênfase em estratégias direcionadas para adensar as cadeias produtivas locais, de forma que a Região possa reduzir sua dependência de recursos provenientes da União.

11 Intermediação Financeira

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro nacional atingiu R\$ 3,5 trilhões em dezembro de 2019, refletindo elevações de 1,8% em pessoas jurídicas (saldo de R\$ 1,5 trilhão) e de 1,5% em pessoas físicas (R\$ 2 trilhões). Em 2019, a carteira total cresceu 6,5% (ante 5,0% em 2018), com expansões de 11,7% no crédito às famílias e de 0,2% no crédito às empresas. A relação crédito/PIB atingiu 47,8%, com elevação anual de 0,5 p.p., conforme dados divulgados pelo Banco Central.

A expansão do crédito refletiu o desempenho das instituições privadas, cuja carteira cresceu 15,7% em 2019. Do lado das instituições públicas observou-se recuo de 2,2% no saldo, o que elevou a participação das instituições privadas no volume total de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para 53,0% em 2019, em contraste com 49% em 2018.

O saldo das operações com recursos livres alcançou R\$ 2 trilhões, com expansão de 14,1% em 2019 (+10,7% em 2018). O crédito a pessoas físicas atingiu R\$ 1,1 trilhão (+16,6% em doze meses). Nas pessoas jurídicas, o crédito livre atingiu R\$ 905 bilhões, representando incremento de 11,2% em 2019.

O crédito direcionado alcançou R\$ 1,5 trilhão no final de 2019, com retração de 2,4% nesse ano (-0,9% em 2018). Nas operações para pessoas físicas (R\$ 902 bilhões), a expansão foi de 6,3% em 2019, tendo sido sustentada pelos créditos rural e imobiliário. O saldo de crédito às empresas com recursos direcionados (R\$ 563 bilhões) seguiu em retração, de 13,6% em 2019.

As concessões totais de crédito somaram R\$ 429 bilhões em 2019, representando crescimento de 13,4% no ano, sendo de 14,7% no segmento às famílias e de 11,8% no crédito às empresas.

O Indicador de Custo de Crédito (ICC), média do custo de toda a carteira do sistema financeiro, situou-se em 20,4% a.a. em dezembro de 2019 (-0,1 p.p. no ano). No crédito livre não rotativo, verificou-se redução anual de 2 p.p., para 26,8%. O *spread* geral do ICC situou-se em 14,5 p.p. (+0,8 p.p. no ano).

Regionalmente, consideradas as operações acima de R\$ 1 mil, ocorreu expansão no saldo de crédito, em 2019, no Norte (+9,8%, saldo de R\$ 134,0 bilhões), Sul (+8,5%, R\$ 625,3 bilhões), Centro-Oeste (+8,1%, R\$ 379,6 bilhões), Nordeste (+6,6%, R\$ 433,9 bilhões) e no Sudeste (3,3%, R\$ 1.677,2 bilhões).

Especificamente no Nordeste, o saldo de crédito no fim de junho do ano passado alcançou R\$ 433,9 bilhões, representando elevação de +2,7% no primeiro semestre de 2019 e aumento de +6,6% nos últimos 12 meses. As operações de crédito destinadas para as pessoas físicas aumentaram +4,7% nos seis primeiros meses de 2019. Na posição de dezembro, o saldo total de crédito alcançou R\$ 461,7 bilhões, uma elevação de 6,4% no segundo semestre e de 9,3% em 2019 (Tabela 1).

Tabela 1 - Saldo de crédito e inadimplência na área de atuação do BNB em 2018 e 2019 - Pessoas físicas e jurídicas

Estado/Região	2018		2019		Variação (%)
	Saldo (R\$ milhões)	Inadimplência (%)	Saldo (R\$ milhões)	Inadimplência (%)	
Alagoas	21.572	3,83	23.768	3,99	10,18
Bahia	111.442	3,13	126.148	3,82	13,20
Ceará	71.322	2,73	76.754	2,89	7,62
Maranhão	40.064	3,22	44.648	3,32	11,44
Paraíba	30.269	3,41	33.208	4,16	9,71
Pernambuco	75.754	3,43	79.411	4,25	4,83
Piauí	21.481	2,83	24.399	3,15	13,58
Rio Grande do Norte	31.939	3,25	33.252	3,51	4,11
Sergipe	18.725	4,16	20.132	3,23	7,51
Nordeste	422.568	3,22	461.720	3,64	9,27
Espírito Santo	49.332	3,11	52.898	3,91	7,23
Minas Gerais	282.280	2,50	298.713	2,35	5,82
Área de atuação BNB	754.180	-	813.331	-	7,84

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Desse total, a parcela do saldo destinada apenas às operações de crédito para pessoas físicas registrou o patamar de R\$ 319,5 bilhões, incremento de 12,7% no ano. Quanto ao crédito para pessoas jurídicas, cujos recursos são essencialmente direcionados para a produção, ou seja, investimentos e capital de giro, verificou-se recuo de 1,5% no primeiro semestre de 2019. Em dezembro, o saldo de crédito destinado a este público alcançou o volume de R\$ 142,2 bilhões, representando aumento de 2,2% em 2019 (Tabela 1).

Dentre os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, o saldo das operações de crédito nos últimos 12 meses foi crescente no Piauí (+13,5%), Bahia (+13,2%), Maranhão (+11,4%), Alagoas (+10,2%), Paraíba (+9,7%), Ceará (+7,6%), Sergipe (+7,5%), Espírito Santo (+7,2%), Minas Gerais (+5,8%), Pernambuco (+4,8%) e Rio Grande do Norte (+4,1%).

A taxa de inadimplência regional registrou 3,64% em dezembro de 2019, em contraste com 3,22% em dezembro de 2018. Na área de atuação do Banco do Nordeste, Pernambuco (4,25%), Paraíba (4,16%), Alagoas (3,99%), Espírito Santo (3,91%) e Bahia (3,82%) apresentaram inadimplências acima da média regional. Por outro lado, Rio Grande do Norte (3,51%), Maranhão (3,32%), Sergipe (3,23%), Piauí (3,15%), Ceará (2,89%) e Minas Gerais (2,35%) registraram inadimplências abaixo da média do Nordeste. Segundo o Banco Central, ao final de 2019, a inadimplência registrada nas operações destinadas às pessoas físicas foi de 3,96%, enquanto para as pessoas jurídicas foi de 2,91%, ambas no Nordeste, conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 - Saldo de crédito (R\$ milhões) e inadimplência (%) nas carteiras de pessoas físicas e jurídicas na área de atuação do BNB - 2018 e 2019

Estado/Região	2018				2019			
	Pessoa Física		Pessoa Jurídica		Pessoa Física		Pessoa Jurídica	
	Saldo	Inadimplência	Saldo	Inadimplência	Saldo	Inadimplência	Saldo	Inadimplência
Alagoas	16.780	3,60	4.792	4,64	18.783	4,07	4.985	3,66
Bahia	74.381	3,60	37.061	2,20	83.318	3,91	42.830	3,64
Ceará	40.249	3,34	31.073	1,94	46.058	3,71	30.696	1,66
Maranhão	30.111	3,26	9.953	3,09	33.931	3,88	10.717	1,54
Paraíba	24.596	3,49	5.673	3,04	27.708	4,12	5.500	4,36
Pernambuco	45.902	3,73	29.852	2,97	52.642	4,26	26.769	4,22
Piauí	14.933	3,44	6.548	1,45	17.024	3,98	7.376	1,24
Rio Grande do Norte	22.161	3,85	9.778	1,91	24.172	4,17	9.080	1,76
Sergipe	14.268	3,15	4.457	7,37	15.847	3,45	4.285	2,4
Nordeste	283.382	3,53	139.186	2,60	319.484	3,96	142.236	2,91
Espírito Santo	29.264	3,23	20.068	2,93	31.655	3,82	21.244	4,03
Minas Gerais	170.421	2,79	111.859	2,05	188.670	2,92	110.043	1,39
Total	483.066	-	271.114	-	539.808	-	273.525	-

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central

12 Índices de Preços

A variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou +1,15% em dezembro. Trata-se do maior índice para um mês de dezembro desde 2002 (+2,10%). O resultado foi puxado pelos grupos Alimentação e bebidas (+3,38%), Transportes (+1,54%) e Despesas pessoais (+0,92%), cujo impacto somado no índice alcançou 1,21 ponto percentual (p.p.). Dentre os grupos pesquisados, a principal contribuição negativa ocorreu em Habitação (-0,13 p.p.), cuja variação no índice do mês foi de -0,82%. Os demais grupos ficaram entre a queda de -0,48% em Artigos de residência e alta de +0,66 em Comunicação. Assim, a inflação de 2019 atingiu +4,31% (Tabela 1).

O IPCA Nordeste atingiu +1,20% em dezembro de 2019. Neste mês, o índice regional foi influenciado pelo aumento ocorrido nos grupos Alimentos e bebidas (+3,62%), Transportes (+1,15%) e Despesas pessoais (+1,02%), com um impacto total no índice de 1,31 p.p. A Alimentação dentro do domicílio (+4,80%) influenciou o índice de Alimentos e bebidas. Quanto às Despesas pessoais, as maiores altas verificaram-se em fumo e fotografia (+2,53%), enquanto que ônibus interestadual (+6,21%) e passagem aérea (+19,65%) registraram expressivos incrementos em Transportes. Em 2019, o IPCA regional atingiu +4,12% (Tabela 1).

Tabela 1 - Variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Brasil e Nordeste - Em % ⁽¹⁾

IPCA - Grupo Pesquisado	2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Alimentação e Bebidas	8,00	6,80	12,00	13,40	8,61	10,00	-1,87	-2,58	4,04	3,51	6,37	5,69
Habitação	8,80	10,30	18,30	12,50	2,84	6,29	6,26	7,00	4,72	3,95	3,90	3,89
Artigos de Residência	5,50	5,50	5,40	5,20	3,41	5,87	-1,48	-3,23	3,74	3,38	-0,36	-1,03
Vestuário	3,60	2,90	4,50	3,20	3,54	3,94	2,88	3,31	0,61	1,11	0,74	-0,24
Transportes	3,80	2,70	10,20	10,90	4,24	3,24	4,10	5,54	4,19	3,90	3,57	4,24
Saúde e Cuidados Pessoais	7,00	7,00	9,20	9,10	11,05	11,51	6,52	5,59	3,95	3,73	5,41	5,16
Despesas Pessoais	8,30	7,50	9,50	10,40	8,01	7,50	4,39	3,86	2,98	2,49	4,67	4,37
Educação	8,50	7,90	9,20	8,90	8,87	7,69	7,11	8,03	5,32	6,13	4,75	5,57
Comunicação	-1,50	-0,40	2,10	3,10	1,27	0,95	1,76	1,63	-0,09	-0,17	1,07	0,21
Geral	6,40	6,00	10,70	10,40	6,29	7,19	2,95	2,55	3,75	3,40	4,31	4,12

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) A variação de 2019 refere-se aos últimos 12 meses.

Em dezembro, a inflação do Nordeste (+1,20%) ficou acima do índice nacional (+1,15%) e do Sudeste (+1,01%). Seguem as variações para as demais regiões: Norte (+1,67%), Sul (+1,25%) e Centro-Oeste (+1,46%), vide Tabela 1. Em 2019, a inflação do Nordeste (+4,12%) superou a variação ocorrida no Sul (+4,04%). Nas outras regiões, os índices foram: Norte (+5,36%), Sudeste (+4,36%) e Centro-Oeste (+4,21%).

Todas as capitais pesquisadas tiveram aumento de preços em dezembro. Especificamente no Nordeste, São Luís (+1,47%) apresentou a terceira maior inflação do País. O grupo Alimentação e bebidas, responsável por mais que um quarto (28,2%) do orçamento das famílias, obteve a maior variação em São Luís (+4,74%) e a menor em Fortaleza (+3,20%). A média de preços no grupo Transportes subiu em todos os Estados, com destaque para Aracaju (+1,76%), seguido por Fortaleza (+1,53%) e Salvador (+1,35%). No grupo Despesas pessoais, cabe mencionar os incrementos verificados em Fortaleza (+1,55%), Aracaju (+1,35%) e Salvador (+1,01%).

Tabela 2 - Variação do IPCA - Capitais selecionadas, Regiões e Brasil - Em % ⁽¹⁾

Região/Capital/País	Peso Regional (%)	Variação (%)		
		nov/19	dez/19	2019
Nordeste	15,89	0,30	1,20	4,12
Salvador	6,12	0,23	1,26	3,93
Recife	4,20	0,14	0,96	3,71
Fortaleza	2,91	0,22	1,28	5,01
São Luís	1,87	1,05	1,47	4,28
Aracaju	0,79	0,14	1,09	4,11
Norte	4,65	0,91	1,67	5,36
Sudeste	55,37	0,53	1,01	4,36
Sul	16,19	0,54	1,25	4,04
Centro-Oeste	7,90	0,58	1,46	4,21
Brasil	100,00	0,51	1,15	4,31

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) A variação acumulada em 12 meses é de outubro/2018 a novembro/2019.

No grupo Alimentação e bebidas, em dezembro, ocorreram aumentos em Alimentação no domicílio (+4,80%) e Fora do domicílio (+0,81%). No domicílio, a maior contribuição verificou-se em São Luís (+6,19%), seguida por Salvador (+5,13%) e Recife (+4,56%). As maiores variações vieram dos subgrupos Carnes (+17,59%), Carnes e peixes industrializados (+6,91%), Cereais, leguminosas e oleaginosas (+4,63%) e Frutas (+4,34%). Cabe mencionar a deflação em Leite e derivados (-0,16%). No grupo Alimentação fora do domicílio, as variações mais expressivas ocorreram em Refrigerantes e água mineral (+1,08%) e Refeição (+1,06%), especialmente em Fortaleza (+1,13% e +2,08%, respectivamente).

Em relação a 2019, verificaram-se incrementos nos grupos Alimentação e bebidas (+5,68%), Educação (+5,56%) e Saúde e cuidados pessoais (+5,16%), que representam 57,0% do índice regional. Alimentação no domicílio (+6,84%) e Fora do domicílio (+2,77%) possuem o maior peso no indicador (28,2%). No domicílio, as maiores variações verificaram-se em São Luís (+9,40%), Aracaju (+8,25%) e Recife (+6,86%). Nos subgrupos, os maiores índices foram Carnes (+28,38%), Frutas (+12,12%), Cereais, leguminosas e oleaginosas (+12,10%) e Carnes e peixes industrializados (+10,17%).

Em Educação, a principal variação ocorreu em Cursos regulares (+6,40%), sendo que Aracaju (+9,38%), Fortaleza (+7,41%) e Salvador (+6,23%) registram os maiores acréscimos. No grupo Saúde e cuidados pessoais, São Luís (+5,97%) e Fortaleza (+5,48%) apresentaram as altas mais expressivas. Neste grupo, Serviços de saúde (+6,46%) foi o maior responsável, com as maiores variações tendo ocorrido em Recife (+7,18%), Aracaju (+6,89%) e São Luís (+6,73%). Planos de saúde cresceram +8,16%, sendo os maiores acréscimos em Recife (+8,30%) e Fortaleza (+8,30%), seguido por Aracaju (+8,22%) e Salvador (+8,07%).

No grupo Transportes (+4,23%), dois itens sobressaíram: Ônibus urbano (+7,65%) e Combustíveis (+5,36%). As principais inflações verificaram-se em São Luís (+8,62%) e Fortaleza (+5,89%). Em Despesas pessoais (+4,37%), Recreação, fumo e fotografia incrementaram de forma expressiva (+7,61%), especialmente em Fortaleza (+6,03%) e Salvador (+4,23%). No grupo Habitação (+3,87%), as principais inflações verificaram-se em Energia elétrica residencial (+7,00%) e Aluguel e taxas (+4,94%), sendo que Fortaleza (+6,70%) e Salvador (+4,23%) apresentaram as variações mais expressivas.

Cabe destacar dois grupos que tiveram deflação em 2019: Artigos de residência (-1,03%) e Vestuário (-0,23%). No primeiro grupo, a principal deflação ocorreu em São Luís (-3,00%), seguida por Recife (-1,28%) e Salvador (-1,01%). No segundo grupo, São Luís também registrou a principal variação (-4,09%), seguida por Aracaju (-0,59%) e Salvador (-0,57%).

Tabela 3 - Variação do IPCA (%) no Nordeste e capitais no acumulado de 2019

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste
Alimentação e Bebidas	5,78	5,94	4,96	6,52	6,91	5,69
Habitação	6,70	2,04	4,23	2,54	2,96	3,89
Artigos de Residência	0,35	-1,28	-1,01	-0,24	-3,00	-1,03
Vestuário	1,16	1,04	-0,57	-0,59	-4,09	-0,24
Transportes	4,40	3,59	4,44	1,76	5,76	3,06
Saúde e Cuidados Pessoais	5,48	5,39	4,57	5,44	5,97	5,16
Despesas Pessoais	6,03	2,62	4,58	4,92	4,77	4,37
Educação	6,13	5,58	5,12	8,25	4,95	5,56
Comunicação	-0,70	0,04	0,79	1,56	-0,50	0,21
Índice Geral	5,01	3,71	3,93	4,11	4,28	4,12

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

13 Cesta Básica

O custo do conjunto de alimentos essenciais subiu +9,16% no Brasil em 2019, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). O Nordeste obteve a segunda menor variação no ano (+8,67%), ficando a Região Norte com a menor alta (+8,33%). Os índices das outras regiões foram: Centro-Oeste (+10,41%), Sul (+9,57%) e Sudeste (+9,06%).

Em termos de valores monetários, a cesta mais cara permanece sendo a do Sudeste (R\$ 510,19), seguindo-se a do Sul (R\$ 483,60) e a do Centro-Oeste (R\$ 464,61). Tem-se então a Nacional (R\$ 461,41), o Norte (R\$ 414,13) e a do Nordeste (R\$ 389,36), que segue como a de menor custo. Referidos valores estão detalhados na Tabela 1.

Tabela 1 - Valor da Cesta Básica no Brasil e Regiões

Valor da Cesta Básica no Brasil e suas Regiões							
Período	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil	
2018	Jan	360,74	358,66	397,15	439,86	421,56	403,80
	Fev	366,09	358,83	391,10	437,04	412,86	401,81
	Mar	361,82	350,06	389,91	437,82	417,45	399,66
	Abr	362,90	344,69	388,78	435,54	412,03	396,86
	Mai	361,70	350,69	393,46	440,76	418,26	401,58
	Jun	373,47	357,58	397,83	446,51	429,50	408,56
	Jul	357,58	346,31	381,37	429,82	411,04	393,21
	Ago	360,22	338,84	376,85	424,78	406,16	388,50
	Set	359,51	335,74	379,03	425,33	407,04	388,21
	Out	361,69	347,35	392,91	442,84	428,54	402,37
	Nov	372,23	355,36	411,59	465,17	439,08	418,38
	Dez	382,30	358,31	420,81	467,82	441,37	422,70
2019	Jan	384,77	366,03	417,00	464,01	421,39	421,81
	Fev	383,76	382,35	426,26	476,62	431,21	433,20
	Mar	408,66	405,33	458,78	504,36	461,25	460,07
	Abr	423,16	420,78	476,26	519,86	478,74	475,56
	Mai	418,04	414,79	459,52	500,35	473,02	462,48
	Jun	407,66	406,82	441,21	499,63	472,39	456,74
	Jul	403,34	391,84	436,41	486,63	467,51	445,86
	Ago	393,93	368,09	419,74	472,38	454,79	429,62
	Set	382,11	360,60	408,18	465,30	441,35	420,85
	Out	377,35	358,96	423,60	466,57	442,21	422,37
	Nov	381,28	358,88	426,96	461,32	437,15	420,51
	Dez	414,13	389,36	464,61	510,19	483,60	461,41
Variação da Cesta Básica (%)							
% mês	8,62	8,49	8,82	10,59	10,63	9,73	
% ano	8,33	8,67	10,41	9,06	9,57	9,16	

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.

O índice da cesta básica nacional ficou acima da inflação oficial (IPCA), no subgrupo “Alimentação no Domicílio”, que finalizou 2019 com variação de +7,84% (e +6,84% no Nordeste). A cesta também superou o subgrupo da inflação oficial em dezembro, fato que prejudicou as classes de menor poder aquisitivo.

O custo da cesta básica subiu em todas as capitais pesquisadas no mês de dezembro. Os aumentos mais expressivos ocorreram em Goiânia (+13,64%), Florianópolis (+13,51%) e Belo Horizonte (+13,04%). Os menores crescimentos foram observados em Salvador (+5,58%) e Campo Grande (+6,64%). Em termos de regiões, as variações mais expressivas ocorreram no Sul (+10,63%) e Sudeste (+10,59%), vindo na sequência o Centro-Oeste (+8,82%), Norte (+8,62%) e Nordeste (+8,49%), enquanto o índice nacional foi de 9,73%.

Em dezembro, os maiores impactos no índice nacional ocorreram no preço da carne (variação de +21,4% e impacto de +7,1 p.p.), tomate (variação de +14,9% e impacto de +1,3 p.p.) e feijão (+17,0% e impacto de +1,0 p.p.). No índice do Nordeste, os maiores impactos foram verificados na carne (variação de +17,8% e impacto de +5,5 p.p.), tomate (variação de +14,1% e impacto de +1,5 p.p.) e feijão (variação de +14,8% e impacto de +1,0 p.p.). Cabe ainda destacar os produtos que não geraram impactos expressivos no índice do Nordeste: o grupo açúcar, café e óleo (+0,1%), pão (+0,2%), leite (+0,4%), manteiga (+0,5%) e o grupo arroz e farinha (+0,9%).

No Nordeste, os maiores aumentos no custo da cesta básica em dezembro ocorreram em Recife (+11,05%), Natal (+10,31%) e Fortaleza (+9,55%), seguido por Aracaju (+8,17%), João Pessoa (+7,61%) e Salvador (+5,59%). As principais variações positivas ocorreram no preço do tomate (+28,7% em Recife), feijão (+27,0% em João Pessoa), carne (+22,0% em Fortaleza) e banana (+16,6% em Recife). No sentido inverso, observam-se reduções no preço da banana (-3,7% em João Pessoa), pão (-0,6% em Aracaju) e feijão (-0,4% em Recife).

No acumulado de 2019, apenas em Aracaju (-1,9%) observou-se queda no valor da cesta básica. As variações nas outras capitais do Nordeste foram: Recife (+15,6%), Natal (+12,4%), Fortaleza (+9,1%), João Pessoa (+8,2%) e Salvador (+4,9%).

Em termos de valores monetários, Fortaleza permanece com a cesta básica mais cara no Nordeste (R\$ 433,64). Assim, a cesta básica dos fortalezenses é 11,4% maior que o valor da cesta regional (R\$ 389,36), além de superar em 23,2% a cesta mais barata da Região, ou seja, a de Aracaju (R\$ 351,97). Os valores das cestas nas demais capitais do Nordeste são: Salvador (R\$ 360,51), João Pessoa (R\$ 373,56), Natal (R\$ 383,76) e Recife (R\$ 393,80).

As principais variações positivas, em 2019, ocorreram nos preços da banana (+69,8% em Natal), feijão (+68,8% em Fortaleza), carne (+35,1% em Fortaleza) e tomate (+18,1% em Recife). Em sentido inverso, as principais quedas de preços foram verificadas no tomate (-37,4%), banana (-15,7%) e leite (-10,0%), todos em Aracaju.